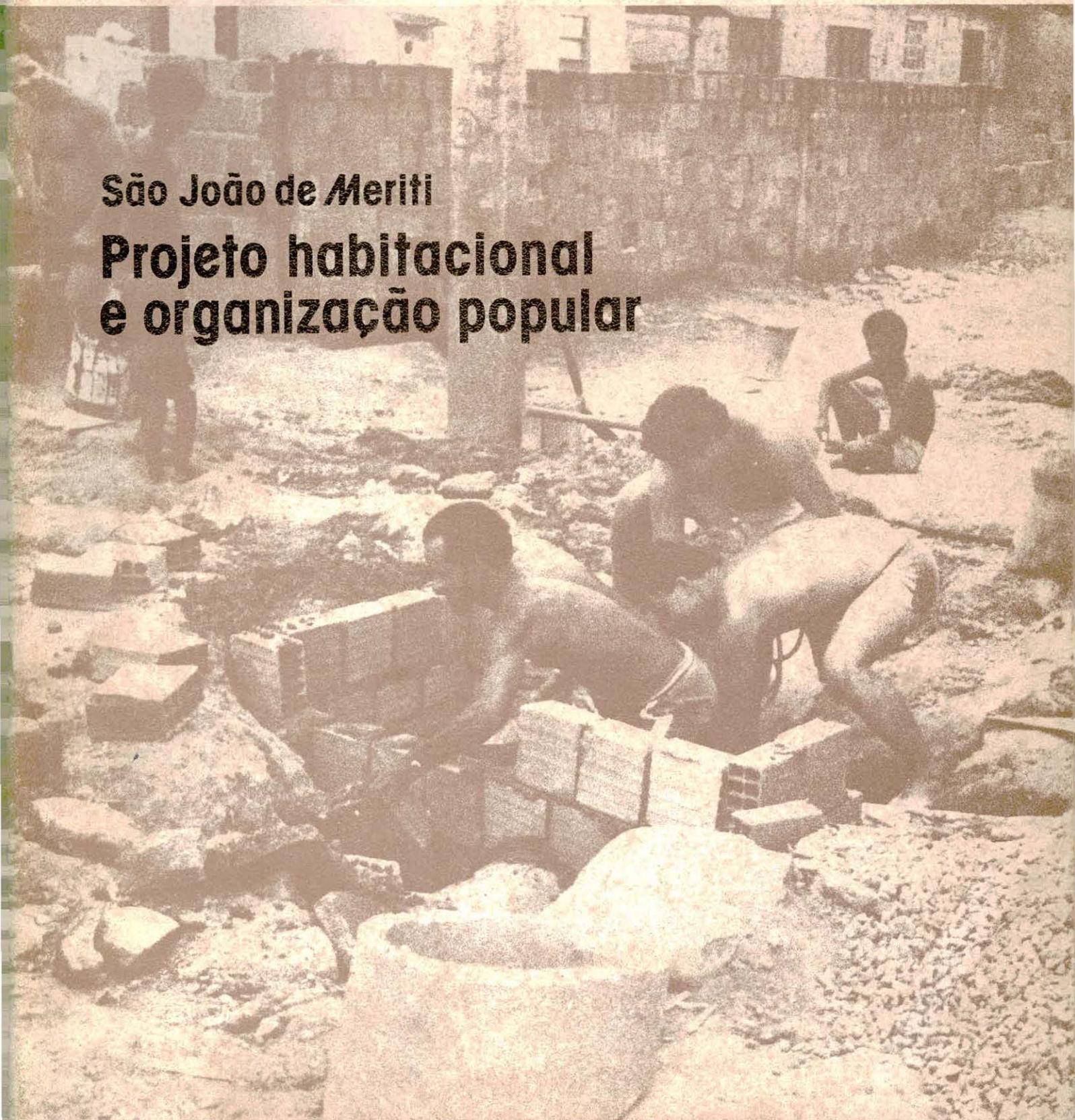


# proposta

**EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR**

**São João de Meriti**

**Projeto habitacional  
e organização popular**



Faça a sua assinatura e entre na Rede nacional e internacional de assinantes da revista PROPOSTA.

Como assinante você recebe quatro números por ano e nossos catálogos atualizados.

A FASE tem outras informações que você poderá ter acesso.

A revista PROPOSTA é publicada trimestralmente, abordando temas ligados aos movimentos sociais do campo e da cidade.

Escolha sua forma de pagamento:

- ( ) cheque nominal à FASE
- ( ) Vale postal (ag. Largo do Machado)

Use o telefone se preferir



**Entre na Rede  
de Assinantes  
da Revista  
proposta**

**FASE**

Rua Bento Lisboa, 58  
22221 – Rio de Janeiro – RJ



# Saneamento Básico

## UM DIREITO DE QUEM ?

Cr\$ 150,

Pedidos:

FASE

Rua Bento Lisboa, 58

22221 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (021) 285-2998

# SÃO JOÃO DE MERITI; PROJETO HABITACIONAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR

## SUMÁRIO

**Cartas** ..... 3

### Editorial

Gestão popular e marginalidade social  
(Conselho Editorial) ..... 4

### Educação popular

Movimento popular e esfera pública  
(João Ricardo W. Domelles) ..... 5

Depois das chuvas: o Projeto de  
Reconstrução de Casas de São João de  
Meriti  
(Equipe do Projeto de Reconstrução) ..... 7

São João de Meriti: o município e sua  
população  
(Orlando A. dos Santos Jr.) ..... 12

O Projeto de Reconstrução na trajetória  
do movimento popular em São João de  
Meriti  
(Jorge Florêncio de Oliveira) ..... 19

A experiência da ABM na luta por uma  
gestão democrática da cidade  
(Orlando A. dos Santos Jr.) ..... 21

Produção científica e movimento  
popular  
(Carlos Abenza) ..... 26

Olhos nos olhos  
(Carlos Abenza) ..... 29

Descobrimos o povão  
(Entrevista com Maria José (Lia) e Marinete  
Valentim, diretoras da ABM) ..... 31

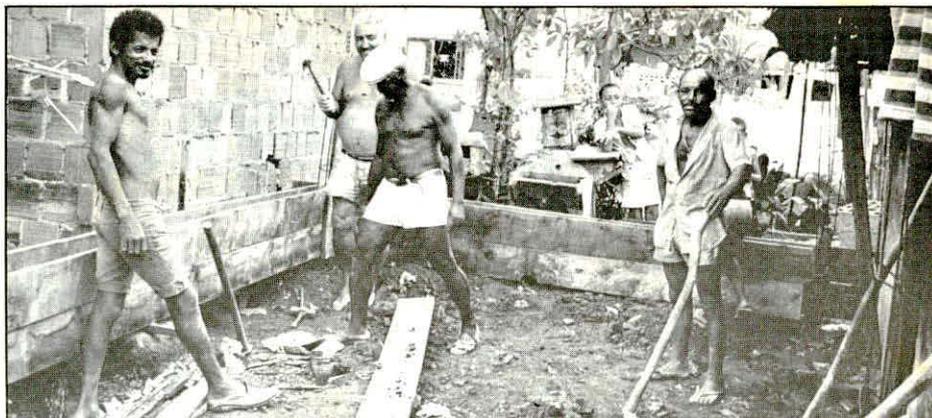
Direitos humanos e cidade: a cidadania  
violada  
(João Ricardo W. Domelles) ..... 35

Desfrutar a cidadania plena: uma luta do  
cotidiano  
(Reginaldo Ronconi) ..... 40

### Próximo número:

Amazônia oriental:  
trabalhadores rurais e  
meio ambiente

Orlando Junior



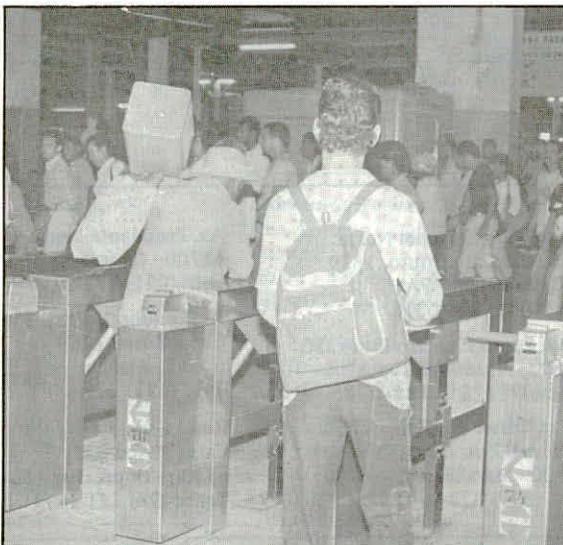
**Mutirão e cooperação constroem  
o projeto habitacional popular  
(páginas 7 e 31)**

Orlando Junior



**A ABM lidera em Meriti a luta  
por uma gestão democrática da cidade  
(página 21)**

Lourdes Grzybowski



**Central do Brasil: no  
dia-a-dia dos 600 mil  
moradores de Meriti  
(página 12)**

# proposta

## Atendimento ao Assinante

Se você necessita de alguma informação de sua assinatura da revista **Proposta**, escreva para o setor de distribuição de publicações da FASE no seguinte endereço:



Rua Bento Lisboa, 58 - 4º andar  
22221 - Rio de Janeiro - RJ  
ou pelo telefone: (021) 285-2998 ramal 405  
Responsável: **Adelir Pires Rodrigues**



Se você mudou de endereço, envie para o responsável acima no mesmo endereço da FASE, o **comunicado de alteração de endereço**:

Nome do assinante: .....

Endereço anterior Rua ..... Nº ..... Apto.....

CEP: ..... Cidade ..... Estado..... Tel.: ( ).....

Endereço atual Rua ..... Nº ..... Apto.....

CEP: ..... Cidade ..... Estado..... Tel.: ( ).....

### FASE

A SERVIÇO DA  
EDUCAÇÃO POPULAR

Escritório Nacional  
Rua Bento Lisboa, 58  
Catete  
22221 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (021) 285-2998

Escritórios Regional Norte  
Rua Bernal do Couto, 1329  
66030 - Belém - PA  
Tel.: (091) 222-0318

Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330  
68440 - Abaetetuba - PA  
Tel.: (091) 751-1181

Caixa Postal 73, Folha 27,  
Quadra 07 ou Lote 07  
68500 - Marabá - PA  
Tel.: (091) 322-1591

Av. Presidente Médice, 1992  
68700 - Capanema - PA  
Tel.: (091) 821-1716

Av. Getúlio Vargas, 1295  
Caixa Postal 2259  
69013 - Manaus - AM  
Tel.: (092) 234-6761

Rua Leôncio Pires Dourado, 880  
Caixa Postal 375  
65900 - Imperatriz - MA  
Tel.: (098) 721-4474

Rua Osvaldo Cruz, 1314  
Centro  
65020 - São Luís - MA  
Tel.: (098) 221-1175

Rua Darci de Freitas Queiroz, 1160  
78250 - Pontes e Lacerda - MT  
Tel.: (065) 266-1146

**Democratizar a cidade**

A leitura da revista proposta nº 45 – Administrações Populares levantou uma enormidade de questões que são hoje da maior importância para a democracia brasileira. Não me parece à toa que tenha sido pelas cidades – as maiores cidades do país, as mais importantes capitais estaduais – que os partidos de esquerda conquistaram partes reais do poder no Brasil. E nem me parece à toa que isso tenha acontecido em cidades onde os movimentos populares urbanos forjaram uma respeitável capacidade de organizar o povo marginalizado para lutar em defesa dos direitos mínimos da cidadania: casa, transporte, água, participação nas decisões das quais as maiorias por séculos foram excluídas em nosso Brasil.

Os temas levantados pela revista são muitos e todos eles muito oportunos e interessantes. Eu gostaria de me fixar, inicialmente, em

um deles, usando esse espaço que a revista recentemente ofereceu aos leitores. Eu gostaria de fazer uma pequena comparação entre o primeiro artigo, sobre o Rio de Janeiro, e os demais. O artigo sobre o Rio de Janeiro diz que no Rio o PDT é sem dúvida um partido muito forte nos bairros populares, onde vive a população mais pobre da nossa cidade. Mas que o problema do PDT, que é o problema do populismo, é que ele não reconhece os movimentos sociais organizados como grupos e entidades que têm um papel político na representação dos interesses da população.

Em outros pontos da revista, porém, com maior ou menor evidência e clareza, diz-se que as prefeituras eleitas pelo PT estão convivendo com um problema de sorte bastante diferente. Lá – São Paulo, Porto Alegre e outras – o problema é que os tais movimentos sociais organizados querem se constituir como uma espécie de “poder paralelo” capaz de definir a ação das prefeituras. Eu sei que no Rio de Janeiro, por

motivos mais ou menos óbvios, esse debate não está muito presente, mas tenho procurado acompanhar o que está acontecendo em outras cidades. Há uma grande indefinição sobre as formas de participação popular na gestão, o PT enquanto partido tem contribuído pouco para isso, me parece, e os movimentos que em muitos casos têm falado em nome da população acabam sendo pouco representativos.

Eu acho que a revista, que contribuiu bastante de saída por abrir o debate sobre essas administrações do ponto de vista de sua relação com o movimento organizado, pecou por não discutir o suficiente essas coisas. Um dos motivos, eu acho, é porque ela explicou pouco como funcionam as coisas nas cidades, como se toma decisões, o papel da Câmara de Vereadores, etc. Aliás, o papel do Legislativo passou quase em brancas nuvens, não fosse uma menção feita por uma assessora da Prefeitura de São Paulo.

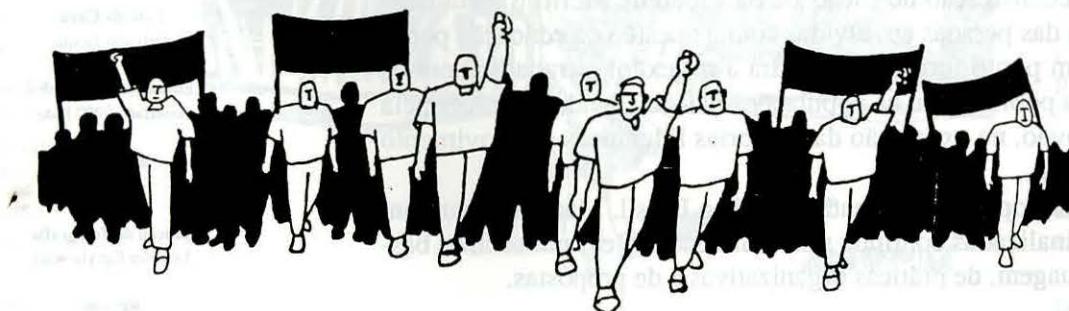
A população aguarda com ansiedade o

teste da capacidade de governar e democratizar do PT. As condições de vida do povo, nestes tempos bichudos, começam a piorar. A descrença na política cresce. Muitas vezes os próprios movimentos populares ajudam nisso. Os próprios políticos são responsáveis maiores por isso. Mas se o povo não acredita mais na política, se defender a política torna-se uma vergonha e a vida piora, para onde estaremos indo?

A democracia entre nós é uma criança, uma criança suja, maltratada, abandonada como a maioria de nossas crianças. Pode ser que ela comece pela cidade. Mas se ninguém cuida, e se a besteira do sectarismo nos domina, para onde iremos?

Paulo Gonçalves  
Rio de Janeiro RJ

**NOTA DA REDAÇÃO:**  
Não nos propusemos a esgotar o tema. A seção CARTAS de proposta continua aberta para aprofundar essa discussão. Agradecemos sua contribuição neste sentido.



Escritórios Regional Nordeste  
Rua Professor João Bosco, 73  
Parque Araxá  
60430 - Fortaleza - CE  
Tel.: (085) 223-4056

Rua Dr. Inácio Dias, 2148  
63430 - Icó - CE  
Tel.: (085) 731-1064

Rua Barão de São Borja, 495  
Boa Vista  
50070 - Recife - PE  
Tel.: (081) 221-5478

Rua Gonçalves Dias, 62  
Farol  
57055 - Maceió - AL  
Tel.: (082) 221-0667

Rua Barão do Rio Branco, 93  
Califórnia  
45600 - Itabuna - BA  
Tel.: (073) 211-4498

Escritórios Regional Sul-Sudeste  
Rua Antonio Aguirre, 117  
Centro  
29015 - Vitória - ES  
Tel.: (027) 223-7436

Av. Pres. Wilson, 113 - Conj. 1302  
20030 - Rio de Janeiro - RJ  
Tels.: (021) 220-7198 / 262-2565

Rua Loefgren, 1651 - Casa 06  
Vila Clementino  
04040 - São Paulo - SP  
Tel.: (011) 549-3888

Rua Mimi Alemagna, 37  
Centro  
14870 - Jaboticabal - SP  
Tel.: (0163) 22-5219

Rua Gaspar Martins, 470  
90220 - Porto Alegre - RS  
Tel.: (0512) 25-0787

# Gestão popular e marginalização social

A questão da participação popular e das formas alternativas de organização da população urbana suscita uma reflexão específica no que se refere à educação popular.

A experiência concreta de participação popular em um projeto econômico encaminhado pelo próprio movimento organizado traz no seu bojo importantes questões referentes à problemática urbana, como pode mostrar esta edição de **proposta** ao tratar do Projeto de Reconstrução de Casas de São João de Meriti, encaminhado pela Federação de Moradores daquela cidade fluminense, após as chuvas de fevereiro e março de 1988.

A questão da moradia e do saneamento básico; a ampliação dos direitos sociais e o exercício pleno da cidadania; a participação popular e a sua capacitação para o desenvolvimento autônomo de projetos econômicos; a questão organizativa, a solidariedade e a experiência dos mutirões são alguns pontos levantados na discussão da experiência do movimento de moradores de São João de Meriti.

O exercício da experiência de gestão popular de um projeto econômico de reconstrução de casas permite, também, através de uma ampla participação nas associações de moradores, uma maior compreensão dos direitos sociais, do direito à melhoria das condições de vida das maiorias marginalizadas e do próprio direito à cidade. Insere-se num processo de capacitação das lideranças do movimento social para enfrentar os desafios da cidade com uma compreensão ampla dos seus problemas e com uma capacidade de intervenção qualitativamente superior.

Os relatos dos assessores, técnicos e das lideranças comunitárias ligadas ao Projeto de Reconstrução de Casas de São João de Meriti trazem também para o conjunto das pessoas envolvidas com a questão da educação popular em nosso país um ponto fundamental para a reflexão: o trabalho com os mais pobres entre os pobres, com as populações marginalizadas, em luta pela cidadania, com o povo, na expressão das próprias lideranças do movimento de moradores de Meriti.

O movimento popular tem amadurecido no Brasil. Mas trabalhar com as populações marginalizadas continua sendo um desafio em um sentido bastante amplo: de linguagem, de práticas organizativas e de propostas.

## Conselho Editorial

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS P/ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL  
Rua Bento Lisboa, 58 - Catete  
Rio de Janeiro, RJ, 22221

### Diretoria Executiva da Fase

Jorge E. Saavedra Durão (Coordenador Nacional)  
Maria Emília L. Pacheco (Coordenadora Nacional Adjunta), Virgílio Rosa Neto (Diretor Administrativo e Financeiro), Mateus Enricus Oterloo (Coordenador Regional Norte)  
Lorenzo Zanetti (Coordenador Regional Sudeste - Sul)  
José Orlando Falcão (Coordenador Regional Nordeste)

## proposta

Experiências em Educação Popular  
Uma publicação trimestral da Fase

### Conselho Editorial

Alberto Lopez Mejia - Alfons Klausmeyer -  
Haroldo Baptista de Abreu - Jean-Pierre Leroy - João Ricardo Domelles -  
Jorge E. Saavedra Durão - Leandro Lamas Valarelli - Lourdes M. Gryzbowski -  
Marília Emília L. Pacheco -  
Pedro Claudio Cunha Bocayuva -  
Ricardo Tavares

### Coordenação Geral

Maria Emília L. Pacheco

### Coordenação de Publicações

Alfons Klausmeyer

### Editor Responsável

Ricardo Tavares  
(Mtb. 18135)

### Edição de Arte e Capa

Marcelo Riani

### Organização

João Ricardo W. Domelles

### Foto da Capa

Orlando Junior

### Editoração Eletrônica

Interface 2000 Ltda

### Ilustração

Amorim

### Edição de Fotografia

Lourdes Grzybowski

### Revisão

João Luiz Pacheco  
Inácio Dorado

### Promoção e Divulgação

Felícia A. de Moraes

### Redação

Rua Bento Lisboa, 58 - Catete  
Rio de Janeiro - RJ - 22221  
Tel.: (021) 285-2998

## Movimento popular e esfera pública

João Ricardo W. Dornelles\*

No processo de luta pela ampliação dos direitos de cidadania e pela democratização da sociedade brasileira, a participação popular, através de diferentes formas de organização e experiências comunitárias, tem desempenhado um papel de destaque.

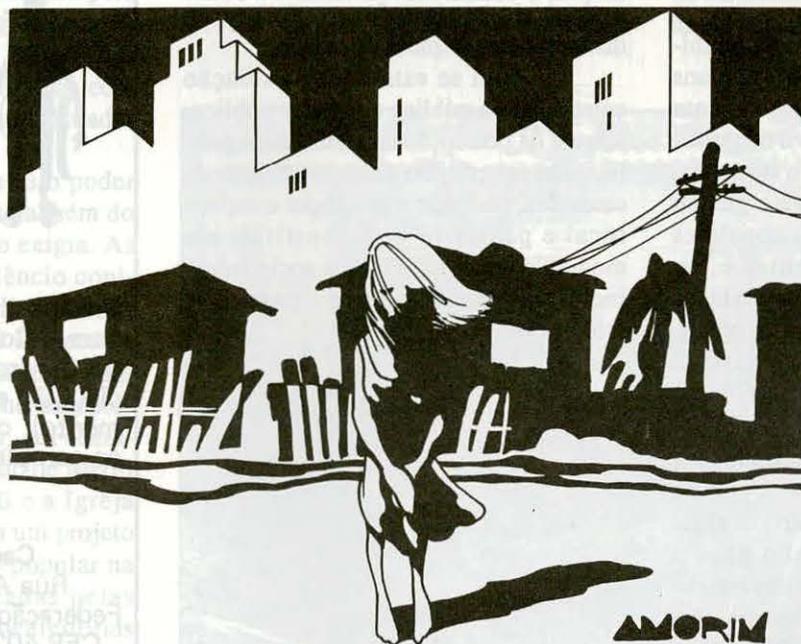
O processo de urbanização, resultado do modelo de desenvolvimento brasileiro, criou cidades marcadas pela mercantilização do solo, da moradia, do transporte e dos demais serviços e equipamentos urbanos.

É, assim, no quadro de um desenvolvimento urbano criador de uma cidade segregada e excludente, que aparecem, com toda a sua dramaticidade, os problemas sociais e a constante violação dos direitos fundamentais.

Em uma cidade desigual, excludente e segregadora de um modelo sócio-econômico também desigual e excludente, as conseqüências danosas de situação que fogem à rotina do cotidiano – como uma enchente –

não afetam igualmente as diferentes áreas da cidade. Não há uma distribuição equitativa da ação do poder público e dos agentes econômicos na busca de soluções para as questões referentes à ocupação do solo, ao saneamento, à dragagem de rios etc.

A falta de saneamento básico



em bairros populares e nas periferias dos grandes centros e o grande déficit habitacional – que obriga a um elevado contingente populacional a ocupar desordenadamente os espaços disponíveis tem revelado a mais completa incompetência e despreocupação de muitas administrações municipais para implementar políticas sociais destinadas a dar respostas aos problemas com a participação organizada da população.

Nesse contexto, os movimentos populares urbanos vêm-se na contingência de ultrapassar os seus limites organizativos e a sua prática reivindicatória, para buscar uma qualificação técnica e política que os habilitem na formulação de propostas alternativas concretas para os inúmeros problemas existentes

principalmente os da moradia, do lixo e do saneamento. Assim, a qualificação técnica e política é uma conquista fundamental para o enfrentamento da relação com o poder público.

No contexto de democratização da sociedade é importante perceber a relação existente entre a esfera privada e a esfera pública. Quanto à última devemos ter claro que não se restringe ao espaço do Estado, mas se constitui em um espaço de atuação coletiva voltada para objetivos que

transcendem os interesses particulares de cada indivíduo ou cada grupo, ganhando uma dimensão geral para toda a sociedade. Nesse aspecto tanto o Estado quanto a sociedade civil podem estar habilitados a atuarem na esfera pública.

É nessa realidade que se coloca para todo o movimento popular, na busca por sua autoconstituição enquanto sujeito político capaz de aglutinar em torno de si interesses, reivindicações e

\* Membro do Sepede (Setor de Pesquisas e Debates da FASE) e professor da PUC-RJ

vontades dispersas e elaborar concretamente propostas políticas, o processo de avanço enquanto referência real e fonte geradora de projetos econômicos.

A partir do estado de calamidade, provocado pelas fortes chuvas e enchentes de fevereiro e março de 1988, o município de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, se viu duramente afetado, com 32 bairros inundados, cerca de 4.000 famílias diretamente atingidas, perfazendo um total de 18.000 pessoas com as casas danificadas.

O papel do poder público – tanto municipal como estadual – foi inócuo, demonstrando a sua incapacidade e falta de vontade política no socorro aos flagelados e desabrigados.

A partir desse quadro é que, por iniciativa da Federação ABM, em conjunto com a FASE e a Igreja Católica, surgiu o Projeto de Reconstrução de Casas Populares e Benfeitorias Coletivas, como uma resposta do movimento popular ao silêncio da administração pública.

O Projeto de Reconstrução, iniciado em julho de 1988, com recursos financeiros provenientes de um conjunto de entidades da sociedade civil de países europeus, foi elaborado como forma de, através da própria iniciativa e gestão popular, reconstruir as casas populares danificadas com as enchentes e, ao mesmo tempo, atender às comunidades com a construção de benfeitorias coletivas. A partir desses objetivos iniciais se potencializaria o fortalecimento do movimento popular através da participação ativa dos moradores organizados em suas associações de bairros.

O exercício dos direitos da cidadania requer a qualificação para o enfrentamento das tarefas de implementação de um projeto econômico. Ao longo dos anos a Federação ABM tem se capacitado a partir da qualificação de lideranças e dos embates com o poder público.

A capacitação técnica tem possibilitado ultrapassar os limites da simples reivindicação assistencial de um serviço, abrindo espaço à participação popular politizada enquanto fonte geradora de políticas de caráter público.

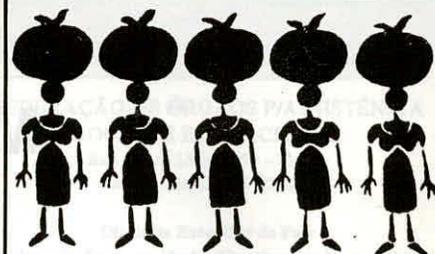
Em São João de Meriti, a ausência do poder público com a iniciativa de gerenciar as ações na esfera

## O projeto fortaleceu a luta pelo saneamento básico e capacitou o movimento a sugerir alternativas às propostas do governo

pública – em nome de toda a sociedade – durante as enchentes obrigou o movimento popular a definir uma prioridade social coletiva.

O Projeto de Reconstrução traz uma marca nova, um potencial de arquitetura de contrapoder, referenciada na capacidade do próprio movimento popular atuar na esfera pública. Serve também como uma pequena contribuição no avanço do projeto futuro de gestão democrática e popular da cidade.

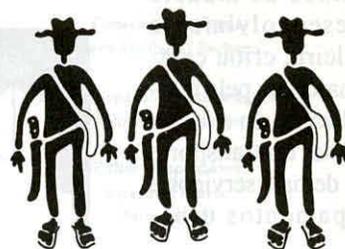
Aqui se estabelece a relação entre a esfera pública e o poder público, através da percepção da visibilidade política que um projeto de reconstrução de casas deu, podendo transcender o espaço local e passando a se constituir em modelo sobre o qual toda a sociedade – inclusive o poder público – passa a se referenciar. ■



ASSINE OS

## Cadernos do CEAS

uma revista que a cada dois meses chega até você discutindo as questões mais fundamentais da sociedade brasileira.



Envie o cheque ou vale postal (só para o Correio Central) em nome do Centro de Estudos e Ação Social (não enviar ordem de pagamento), com seu nome e endereço completo, a

**Cadernos do CEAS**  
Rua Aristides Novis, 101  
Federação - Tel.: (071) 247-1232  
CEP 40210 - Salvador - Bahia

ASSINATURA 1991:

Normal . . . . .	Cr\$ 1.200
Estud./Trabalh. . . . .	Cr\$ 1.000
Subscrição apoio . . . . .	Cr\$ 2.000
Exterior . . . . .	US\$ 30

# Depois das chuvas: o Projeto de Reconstrução de Casas Populares de São João de Meriti

## Equipe do Projeto de Reconstrução

O Projeto de Reconstrução surgiu a partir do estado de calamidade em São João de Meriti após as fortes chuvas e enchentes de fevereiro e março de 1988, que deixaram prejuízos incalculáveis para a população. Os registros feitos pelo próprio movimento apontaram pelo menos 4.150 famílias atingidas em 32 bairros (aproximadamente 18 mil pessoas), tendo suas casas danificadas, com 61 desabamentos e 18 mortes registradas oficialmente.

Durante as enchentes o poder público teve uma ação muito aquém do que a gravidade da situação exigia. As enchentes passaram e o silêncio conivente foi a característica principal das administrações públicas. O Projeto de Reconstrução de Casas Populares e Beneficólicas Coletivas surgiu como uma proposta do movimento popular. A Federação de Moradores de São João de Meriti (ABM), junto com a FASE e a Igreja Católica na cidade, elaborou um projeto desenvolvendo uma gestão popular na reforma de casas danificadas pelas enchentes e construção de beneficólicas coletivas que atendessem às comunidades. Ao mesmo tempo, o objetivo era fortalecer o movimento, avançando na luta e cobrando do poder público o atendimento do conjunto das famílias atingidas pela enchente, junto com uma política urbana e habitacional que respondesse aos interesses populares.

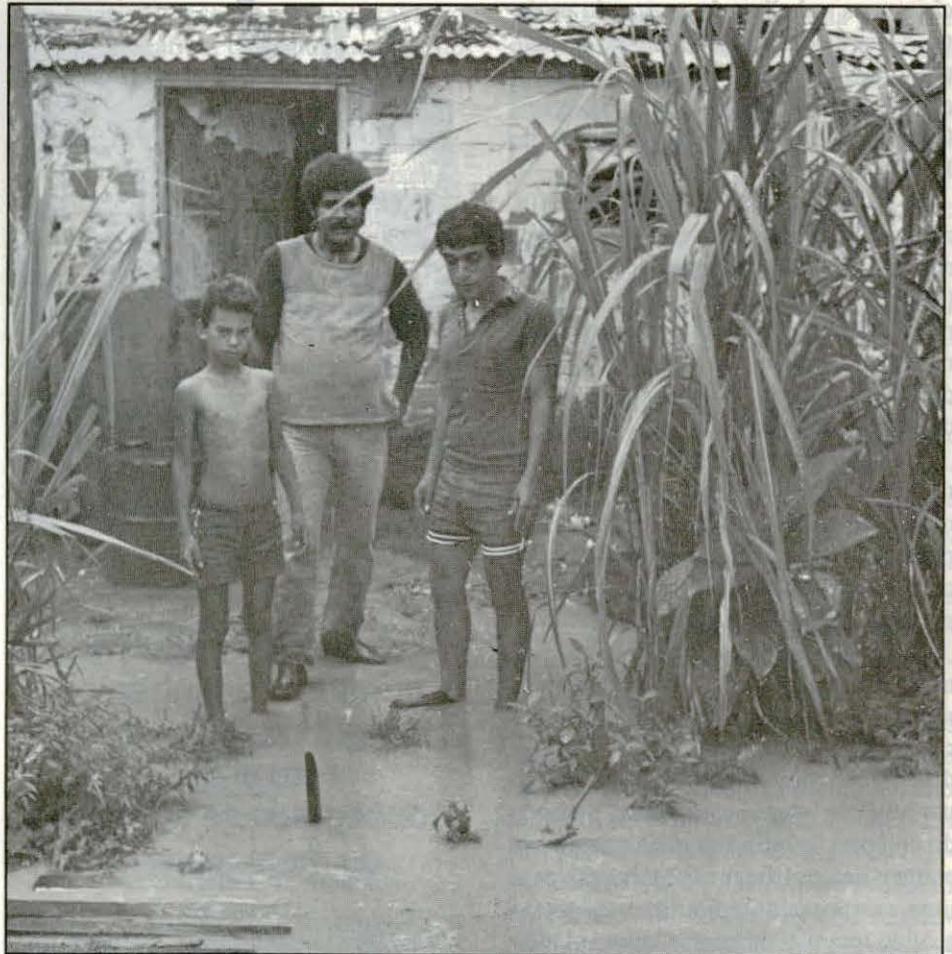
Os objetivos gerais do projeto eram fortalecer a organização popular através de uma experiência de ação comunitária; exercer uma experiência de gestão popular através da ampla partici-

pação das associações de moradores no projeto e qualificar a relação entre a Federação ABM e o Estado através das seguintes ações: cobrando do Estado as reivindicações da Federação ABM; democratizando informações; fortalecendo a cidadania; articulando o projeto a outras lutas por melhorias de condições

de vida; e qualificando a intervenção técnica da Federação para o enfrentamento com o Estado.

O objetivo específico era atender 1.115 famílias em 25 bairros, além da recuperação da vida comunitária, através de reformas de casas populares e beneficólicas coletivas

da equipe técnica do projeto.  
Com as lideranças potenciais



Morador Tiro de Ouro

Sob o ponto de vista do movimento popular, acreditamos que estes objetivos foram alcançados. Mas cabe avaliar como aproveitar esta experiência para avançar qualitativamente na organização popular.

O trabalho colocou a Federação em contato com setores desorganizados do município, exatamente onde o clientelismo fisiológico aproveita-se desta desorganização e da perda de consciência de cidadania da população para impor sua influência. O movimento social organizado não alcançava esta camada significativa da população e este contato nos trouxe uma rica experiência sobre questões fundamentais como as relações entre cultura e o resgate da cidadania. Tivemos algumas surpresas pelo desconhecimento inicial da realidade. Mas hoje a integração ao movimento de parte destas famílias e sua melhoria de vida, seja pela casa e/ou consciência crítica, nos indica um saldo positivo.

Em julho de 1988, após a contratação da equipe composta por dois engenheiros, um assistente social, um assistente jurídico e uma secretária, iniciamos os trabalhos de campo do projeto. Além dessa equipe, estavam presentes como membros representantes da coordenação companheiros da Igreja Católica, da Federação ABM e da FASE.

Até janeiro de 1989 enfrentamos as dificuldades próprias da inexperiência e do momento político eleitoral (as eleições municipais de 1988). Mas mesmo assim foi possível cumprir a primeira etapa prevista: reforma de cerca de 200 residências e início da execução de três benfeitorias coletivas.

Os maiores problemas surgidos neste período se referem ao acompanhamento do trabalho nos bairros onde o projeto se desenvolvia e ao processo de organização do mutirão, onde não possuíamos muita experiência.

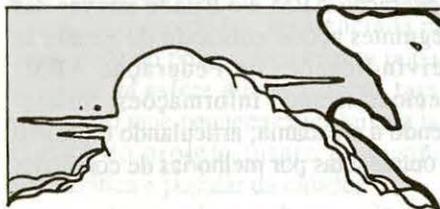
A ampliação da equipe e as novas formas de organização dos mutirões devem-se ao acúmulo de experiências nos seis primeiros meses. A partir disso, o aumento da equipe visava atingir um nível de intervenção maior, partindo do objetivo de reformar mais casas nesta etapa e de qualificar as lideranças para uma participação mais intensa. Neste sentido foram contratados como voluntá-

rios lideranças do movimento popular, além de quatro assistentes técnicos.

No início a equipe não tinha uma proposta exata da organização dos mutirões. O resultado era uma disputa muito grande entre os moradores. Quando chegou o primeiro caminhão, os moradores disputaram entre si quem conseguiria se apropriar de mais quantidade de materiais, sem ter como referência uma listagem elaborada pela equipe.

Além deste problema, resolvido através da entrega individual de materiais de construção para cada uma das famílias beneficiadas, outros surgiram da própria desorganização dos moradores.

Sem uma equipe suficiente para acompanhar todo o processo, pro-



**Quando chegou o primeiro caminhão os moradores disputaram entre si quem conseguiria se apropriar de mais material**

blemas entre vizinhos podiam acabar paralisando o mutirão. Com a ampliação da equipe foi possível minimizar grande parte dos conflitos e ampliar o número de bairros envolvidos no projeto.

A escolha de bairros para o início do projeto partiu de dois critérios básicos: nível de organização e a existência de problemas agravados com as enchentes.

## **A cultura dos bairros**

A partir das assembléias nos bairros escolhidos foram selecionadas – tendo como critério o nível de renda, grau de destruição da casa, número de deficientes físicos, número de desempregados, viúvas ou número de dependentes – as famílias que seriam atendidas por nosso projeto. A fase posterior, de vistoria das casas e checagem de critérios de escolha, foi acompanhada pelo engenheiro e pelo auxiliar técnico responsável pelo bairro.

Auxiliados por um computador emprestado por um companheiro do Rio de Janeiro foi possível programar as vistorias, listando o material necessário e dando as orientações para os moradores. Da listagem do computador eram tiradas três vias de pedidos de material para as obras: uma para o arquivo do projeto, outra para as casas de materiais de construção e a última para o mutirão.

Durante este processo a assistente social realizava o cadastro dos mutirantes através de entrevistas, visitava as casas danificadas e participava das reuniões. Esse cadastro permitiu um conhecimento aprofundado da situação sócio-econômica das famílias beneficiadas e criou formas de discutir e avaliar a intervenção do movimento popular no bairro.

A partir dessas primeiras ações, o projeto desenvolveu um programa de acompanhamento à população dos bairros, visando a formação de lideranças das associações de moradores, das novas lideranças surgidas no mutirão e do fortalecimento do movimento popular e da Federação ABM.

Para a Federação ABM, o projeto tem representado o alargamento da sua base social, atingindo setores margi-

nalizados e fortalecendo sua organização nas bases. O projeto tem contribuído para a mobilização das associações e para as atividades da Federação.

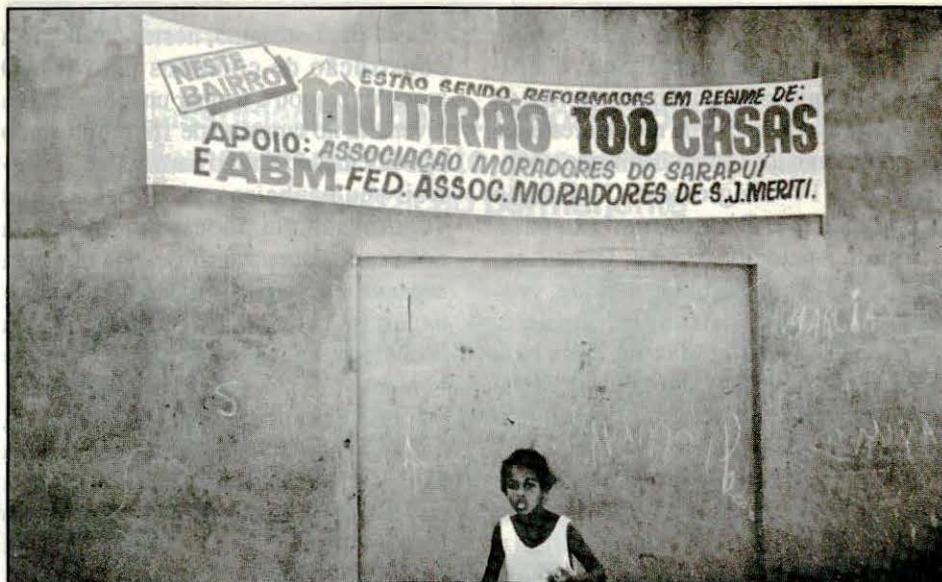
Nestes processos, podemos verificar a diversidade de valores presentes na população dos bairros. Aprendemos que cada bairro tem suas próprias características e suas próprias formas de organização. Respeitar estas formas levou ao reconhecimento do companheirismo por parte dos moradores com relação aos técnicos do projeto, que não tentaram impor um modo de organização ou de execução das obras. A orientação técnica partiu da prática de comunidade e do seu cotidiano. Pudemos também observar estratégias de sobrevivência das famílias, modificando as soluções propostas pelo engenheiro (por exemplo, não querer janelas na casa a fim de se proteger da criminalidade), dentro de uma lógica própria de relacionamento na comunidade.

Esta troca de experiência foi intensamente favorável tanto para a equipe quanto para a população. Houve uma apropriação do saber de ambas as partes.

As associações de moradores foram o eixo fundamental do projeto, por serem instrumentos permanentes de organização da população, dando prosseguimento ao trabalho de conquista da justiça pela transformação social e pelo exercício da cidadania. Com base nesta proposta, os mutirões, não-remunerados, passaram a se constituir no espaço de organização e do trabalho educativo junto às famílias beneficiadas.

No início, com uma equipe inexperiente, era comum pensarmos que o mutirão seria executado sem maiores problemas pela comunidade, visto que as famílias interessadas no material de construção trocariam este por mão-de-obra na participação. Para completar, a equipe planejava inclusive reuniões de formação nos bairros, onde a presença dos mutirantes deveria ser obrigatória. A prática, no entanto, demonstrou os equívocos desse posicionamento.

O fato das famílias receberem o material não garantia sua participação voluntária em nenhuma das atividades do projeto. Isto acarretava, sobretudo, problemas na organização do mutirão, como número de famílias que trabalhava



Orlando Junior

em cada casa, divisão de profissionais, prioridade de reforma etc. Nas reuniões, o sono e a dispersão eram a característica que marcava a presença da maioria dos moradores. Fazer o mutirão funcionar foi sem dúvida um dos maiores aprendizados da equipe técnica do projeto.

Com as lideranças potenciais era possível desenvolver um trabalho mais sistemático, buscando intervir no processo de organização do mutirão, colocando suas vantagens sob o ponto de vista de solidariedade, realizando um processo de educação popular visando sua participação permanente na associação de moradores.

Mesmo sendo contínua a existência de problemas, este processo deu dois grandes resultados: 1) cada bairro passou a ter formas próprias de organização do mutirão a partir de uma proposta padrão da equipe técnica, baseada na divisão do número de pedreiros, constituição de grupos de seis famílias, trabalho sábado e domingo de 8 às 14h; e 2) o mutirão passou a ser valorizado por várias famílias como uma forma alternativa para o enfrentamento de problemas comuns.

## Tensões e contradições

As reuniões de discussão de problemas da comunidade passaram a não ser mais obrigatórias a partir da

constatação de que as pessoas compareciam à associação apenas por medo de perder o benefício do material de construção. A divisão das reuniões entre assuntos do mutirão e problemas do bairro levou à qualificação da discussão da associação, que passou a realizar seu trabalho de "convencimento" junto às famílias para contar com sua presença nas reuniões. O resultado foi a conquista da participação ativa de várias famílias. É sobretudo por isso que pode ser constatada a ampliação das bases de representação das associações de moradores.

Após todo o desenvolvimento do projeto podemos concluir com firmeza que o mutirão deu excelentes resultados. Por outro lado, é preciso afirmar também que este é um processo contraditório e com grandes tensões.

O mutirão comunitário já significa um processo educativo porque traz como referencial a solidariedade, a organização e a transformação da realidade vivida coletivamente. Mas traz, também, tensões geradas pelas disputas pessoais e pela desconfiança. Não foram raras as vezes em que famílias foram substituídas, no projeto, pelas associações, porque não participavam do mutirão.

O grande salto de qualidade aparece quando alguns mutirantes se incorporam às instâncias do movimento popular, tornando-se participantes das associações de moradores e das atividades da Federação ABM. Este processo faz parte das atividades ligadas ao cotidiano do projeto, e a um dos seus princi-

pais objetivos. Em cada bairro surgiu pelo menos uma liderança. Seu Albertino, no Parque Independência, agora é da direção da associação de moradores e até elaborou uma tese sobre habitação popular para o IV Congresso da Federação ABM. Edésio, Rita, Dona Leocádia, Arlindo, Aparecida, Penha, Dona Ana, Tânia, Adilson, Balbina, Enoque, Ivonete, Luiz, Zico, Antônio, Valdete, Mírian, Célia, Dega, Manoel, Nora Nei, Mariza e Telma são, entre outras, algumas destas novas lideranças que surgem e assumem o movimento popular.

O objetivo central do projeto – a reforma das casas e construção de benfeitorias coletivas – possibilitou a recuperação da vida comunitária para centenas de famílias atingidas pelas enchentes de 1988. Mesmo assim, o projeto não conseguiu garantir condições dignas de moradia às famílias, pois a precariedade da vida nos bairros continua. Foram 1.115 famílias beneficiadas em 25 bairros. (Ver quadro na página 32.)

A reforma em barracos de madeira, proposta inicialmente, tornou-se inviável e financeiramente muito cus-

tosa. Optou-se então, nestes casos, pela construção de cômodos padrões. O morador passou a ganhar um cômodo em alvenaria no tamanho de 16m<sup>2</sup> utilizando as madeiras do antigo barraco para construir seu banheiro e cozinha, até que vagorosamente pudesse ampliar sua nova casa. Esta nova situação já traz uma esperança de vida, a confiança na organização popular, na transformação da sociedade, na justiça e na solidariedade humana.

Foram realizadas, também, quatro benfeitorias coletivas nos bairros Jardim Íris (canalização de quatro becos na Favela Leblon), Guarani (construção de uma mina d'água), Vila Tiradentes (canalização pluvial/esgoto de uma rua), Rodó (canalização pluvial e melhoria em duas ruas). Nas benfeitorias a equipe enfrentou sérias dificuldades por realizar obras de caráter público sem nenhuma participação da prefeitura, prevista no início do projeto mas não cumprida.

Ao mesmo tempo em que o projeto reformou as residências, se decidiu também reformar ou construir sedes das associações de moradores que possuíam

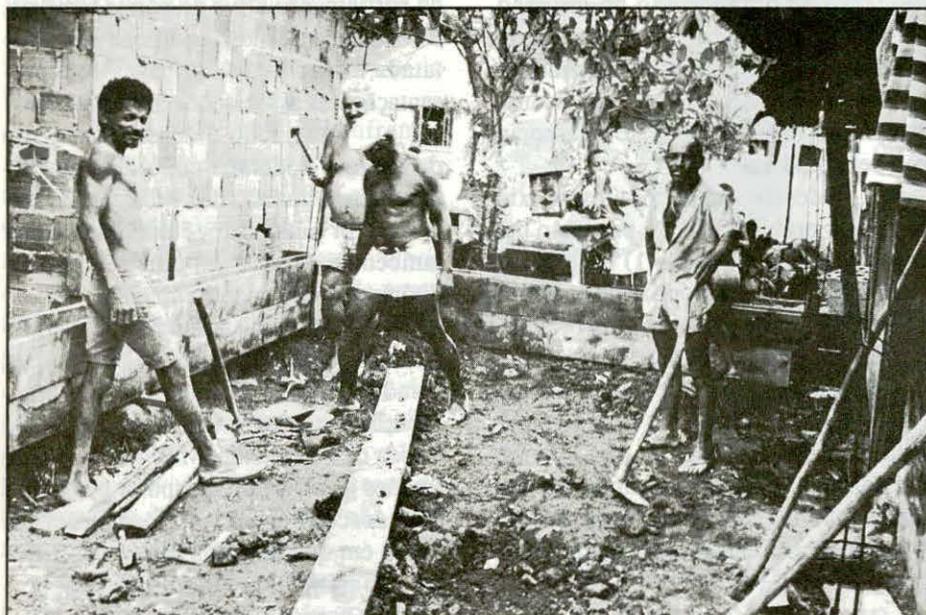
terreno ou sede própria, por ser um patrimônio a serviço da organização e da luta dos moradores. Foram reformadas e/ou construídas 16 sedes de associações: Sarapuí, Praça da Bandeira, Parque Independência, Trio de Ouro, Paraíso, Jardim Nóia, Morro das Pedras, Metrôpole, Guarani, Amar, Santa Clara, Juri-ti, Analândia, Venda Velha, Pró-melhoramentos, V. São João e ABM. Esta nova situação permitiu o alargamento da compreensão dos direitos sociais, do direito a melhores condições de vida, do direito à cidade e à cidadania. É este passo que cria condições para que várias famílias passem a participar das associações de moradores.

## O processo educativo e os assessores

Desenvolvendo a consciência de cidadania, estimulando a organização popular e dando elementos de reflexão sobre a realidade concreta, o projeto desenvolveu suas atividades buscando atingir seus objetivos educativos. A equipe técnica manteve seu trabalho junto ao movimento contribuindo no entendimento das questões técnicas ligadas ao saneamento e habitação.

Nesta caminhada foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- mais de 800 reuniões nos bairros, em função da discussão do projeto;
- sete seminários na ABM do Projeto de Reconstrução, buscando avaliar o andamento do projeto e seus objetivos, além de discutir a realidade da cidade e da sociedade brasileira, e aprofundar a prática e a importância do movimento popular;
- um grande seminário do projeto, com cerca de 100 pessoas, sobre reforma urbana, com exibição de vídeo e debate;
- elaboração de uma cartilha sobre usucapião urbano, reforma urbana;
- elaboração de uma cartilha sobre o lixo;
- assessoria à elaboração de quatro teses sobre terra urbana, habitação, saúde e saneamento básico, pelos técnicos e engenheiros do projeto;



Orlando Junior

## A solidariedade e a cooperação surgiram do processo educativo em torno do mutirão comunitário

- a nível da equipe técnica foram realizados dois grandes seminários sobre habitação e saneamento básico;

- produção de um vídeo sobre a luta do saneamento básico em São João de Meriti. Este vídeo está permitindo a sistematização das experiências da Federação ABM na luta pelo saneamento e o estímulo à discussão.

O processo de intervenção social possibilitou o desenvolvimento da consciência de cidadania a dezenas de lideranças. Hoje se aprofunda a discussão em torno da luta do usucapião urbano conquistado na nova Constituição Federal. Nele o morador, de posse do terreno urbano com até 250m<sup>2</sup> de propriedade particular por mais de cinco anos e que não possua outro, passa a ter direito à propriedade. A Federação ABM organizou, através da sua diretoria de habitação, um fórum da terra para aprofundar a intervenção em torno da conquista deste direito. Muitos mutirantes estão participando desta luta, principalmente nos bairros de favela e periferia da cidade.

Neste processo de capacitação de lideranças e instrumentalização do movimento popular na sua intervenção junto ao poder público, deve-se discutir também o papel desempenhado pelos assessores, ou seja, pela equipe técnica.

Foi a capacitação da equipe nos conteúdos da luta do movimento popular, nas políticas setoriais do saneamento básico, na habitação, na saúde e na organização do movimento, que permitiu o acompanhamento sistemático, a problematização e a capacitação das lideranças do movimento, que se traduz de forma permanente na qualidade da intervenção da Federação e nas suas propostas. A direção da ABM hoje participa ativamente das discussões com os técnicos do Estado na implantação das obras de macro e mesodrenagem dos rios e canais do município.

Percebe-se claramente a ampliação do quadro de lideranças do movimento popular em São João de Meriti espalhadas por todos os bairros onde o projeto desempenhou suas atividades.

É preciso ressaltar que a qualificação técnica da equipe através dos engenheiros, advogado, assistente social, técnico de educação, foi funda-

## As associações de moradores foram o eixo fundamental do projeto, por serem formas de organização permanente



Orlando Junior

mental para o avanço do projeto. A intervenção dos auxiliares técnicos, com experiência de atuação no movimento, ajudou a fazer a relação necessária entre o saber técnico e o saber popular.

Deve-se levar em conta também que a intervenção técnica não fez dos assessores apenas instrumentos do movimento popular. Pelo contrário, a partir da identidade de objetivos com o projeto e com o movimento, foram sujeitos ativos na sua intervenção, problematizando questões e interferindo concretamente no avanço da organização e da luta do movimento popular.

O Projeto de Reconstrução surgiu em meio às reivindicações do movimento popular ao poder público por saneamento básico e construção e reforma nas casas atingidas pelas enchentes e por uma política de habitação popular. Ao mesmo tempo é questionado sob o ponto de vista de se situar no terreno do assistencialismo e da substituição do papel do Estado.

Se por um lado a ausência da intervenção do poder público e a realidade concreta levam o movimento a

assumir a elaboração de um projeto popular educativo e de intervenção no espaço público, por outro lado ele deve ser instrumento de fortalecimento das lutas da Federação nas suas reivindicações junto aos órgãos governamentais e na sua participação na execução das políticas públicas.

Com relação à execução do projeto reconstrução é preciso observar três questões:

- 1) o projeto possibilitou a ampliação e o fortalecimento da luta pelo saneamento básico, instrumentalizando e capacitando as lideranças do movimento na participação e discussão do Plano Global de Saneamento da Baixada;
- 2) do ponto de vista dos moradores e das suas associações, esta relação nem sempre foi clara, tendo estes muitas vezes cobrado e reivindicado à ABM o atendimento de serviços de responsabilidade do poder público; e
- 3) os participantes do projeto deram uma efetiva contribuição no IV Congresso da Federação, discutindo e propondo teses sobre a relação do movimento com o

poder público no setor de saneamento, habitação, política urbana e saúde.

O resultado de intervenção do projeto pode ser constatado através das propostas do movimento popular, dando o salto qualitativo e conseguindo sugerir alternativas às propostas governamentais. Com a participação ativa no comitê de saneamento da Baixada e nas reuniões junto ao governo do Estado, a Federação ABM é capaz de articular o saber popular ao saber técnico, garantindo uma participação nas decisões governamentais.

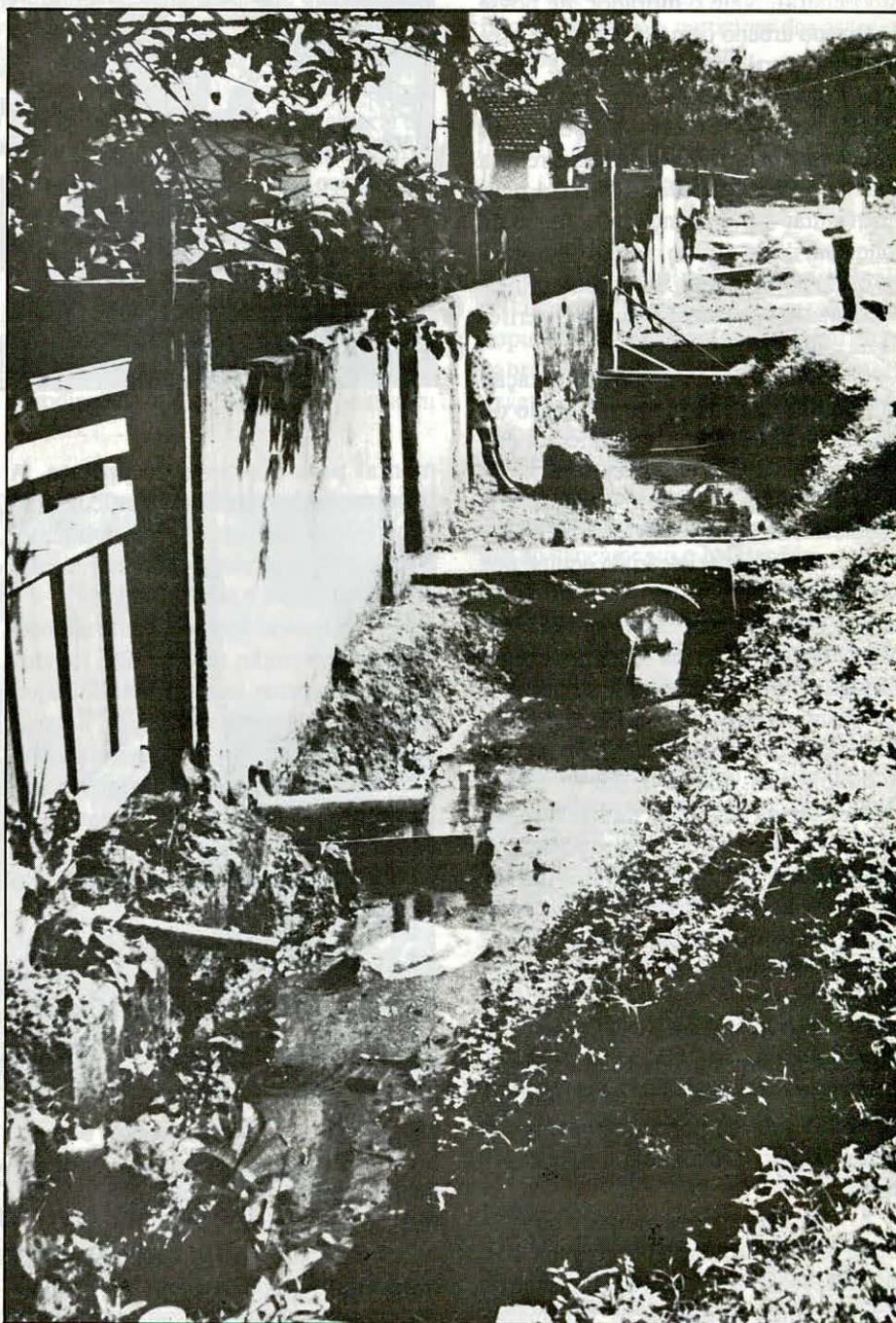
A responsabilidade e as decisões sobre os investimentos, custos e gestão do trabalho foram da coordenação do projeto, sendo parcialmente discutido pelo conjunto do movimento.

A FASE Nacional assessorou a gestão tendo uma conta do projeto, controlando o total de recursos e as questões jurídicas da administração. Outra conta foi controlada pela ABM/FASE para pequenas parcelas durante o andamento dos trabalhos. A gestão financeira sofreu periodicamente auditoria e foram prestadas contas regularmente para o conjunto do movimento.

Desta forma, a partir de uma trajetória que articule organização popular, formação de lideranças e luta pelo exercício da cidadania, a Federação ABM vai forjando no seu dia-a-dia uma nova cidade com justiça e democracia. ■

## São João de Meriti: o município e sua população

Orlando A. dos Santos Junior



Fátima Valéria

Integrando a região metropolitana do Rio de Janeiro, São João de Meriti limita-se com os municípios de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Nilópolis. Possuindo 34km<sup>2</sup>, seu território é dividido administrativamente em três distritos: o primeiro é São João de Meriti com 19km<sup>2</sup>; o segundo, São Mateus com 4km<sup>2</sup>; e o terceiro, Coelho da Rocha com 11km<sup>2</sup>. As principais instalações da Prefeitura Municipal, Fórum, Delegacia de Polícia e Câmara de Vereadores estão situados no 3º Distrito.

A ocupação da cidade tem registros que datam do século XVI, caracterizando sua economia como essencialmente agrícola, com as grandes lavouras, monopolistas, do período colonial e imperial. Os dados e informações referentes à história da ocupação de São João de Meriti, contidos neste artigo, estão baseados na tese de mestrado em Planejamento Urbano e Regional de Sonia Azevedo de Le Cocq d'Oliveira, "A luta pelo saneamento em São João de Meriti", IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, 1988.

O processo depredatório que caracterizou sua utilização nesta época é somado a um progressivo processo de assoreamento do rio Meriti no século XIX, provocando a transformação das suas margens em extensos pântanos e matagais, atingindo a produção agrícola em decorrência das alterações ocorridas no solo.

A partir do final do século XIX são ampliadas a linha Auxiliar da Estrada de Ferro Central do Brasil e Estrada de Ferro Rio d'Ouro, provocando um novo surto de desenvolvimento na região, em função da comunicação com a cidade.

Em 1920 a diretoria geral de estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio realiza um censo que indica a presença de 33.396 habitantes no município de Iguaçu, região a qual pertencia o que hoje é São João de Meriti.

Mesmo com a realização de grandes obras de drenagem na região pelo

governo federal, a lucratividade dos empreendimentos agrícolas era muito baixa, colocando a necessidade de redirecionar sua utilização, despertando o interesse principal pelos loteamentos populares, dada a necessidade de moradia de uma população em rápido crescimento vinda de várias áreas do Estado do Rio de Janeiro e mesmo de outros estados.

A ligação através do transporte ferroviário entre as cidades do Rio de Janeiro e São João de Meriti permitia aos novos ocupantes da região vender sua força de trabalho na capital.

A partir da década de 50, com a nova fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, assistimos a um processo de expansão das periferias, oriundo de um lado pelo movimento no sentido núcleo/periferia, e de outro pelo sentido campo/cidade.

Este processo vai redesenhando o espaço das periferias, com pequenos lotes transformando as antigas áreas rurais em loteamentos populares, com limites cada vez mais distantes do centro das metrópoles que se formavam numa escala e velocidade nunca antes constatadas.



**A maioria da população é migrante, vinda principalmente de outras áreas do próprio Rio de Janeiro**

Na década de 50 São João de Meriti apresentou percentualmente a segunda maior expansão populacional da região metropolitana do Rio de Janeiro, atrás apenas de Duque de Caxias. Contribuiu ainda para este processo que marca a ocupação de Meriti o fato da cidade ser cortada pela rodovia Presidente Dutra, considerada um dos principais eixos viários do país.

## Moradia e migração

Em 1980, São João de Meriti apresentava uma população de 398.826 habitantes. A utilização da taxa de crescimento na década de 70, da ordem de 0,02782, permite projetar a população para o ano de 1990, estimada em 497.000 (Censo Demográfico/IBGE, 1980, Rio de Janeiro, vol. 1). Estes dados são contestados pela Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti, que estima a população em mais de 600 mil habitantes.

Os dados populacionais demonstram que São João de Meriti apresenta os maiores índices de densidade demográfica da região metropolitana do Rio de Janeiro.

A análise da origem populacional, a partir da década de 60, permite afirmar que a população meritiense é formada majoritariamente por contingentes vindos de outros municípios e estados da Federação. Em 1980, pôde ser constatado que 59,10% da população é migrante. Neste processo migratório, os principais estados da Federação que contribuíram para estes índices foram: 1) Rio de Janeiro com 72,81%; 2) Minas Gerais com 5,88%; 3) Pernambuco com 3,83%; 4) Paraíba com 3,73%; 5) Espírito Santo com 3,56% e 6) Bahia com 2,33%.

É importante ainda observar outro dado para compreender o processo migratório: o tempo de residência. Mais da metade dos migrantes, 58,21%, estão fixados em São João de Meriti há mais de dez anos; 39,28% estão na cidade entre um e nove anos e apenas 8,51% há menos de um ano.

Devemos considerar alguns aspectos importantes a partir destes dados. A "periferização" de um contin-

\* Sociólogo, mestrando em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e técnico em educação popular da FASE/RJ

gente significativo de pessoas, principalmente naturais do Estado do Rio, o que vem confirmar o modelo segregador da urbanização, colocado em desenvolvimento a partir da década de 50. E o caráter final dentro do processo migratório, que São João de Meriti vem ocupando, decorrente provavelmente do modelo de utilização do seu solo, de baixo custo, permitindo autoconstrução lenta da casa própria, somado à proximidade do pólo industrial instalado ao longo da rodovia Presidente Dutra, av. Brasil e Duque de Caxias.

Considerando, ainda, o alto índice de áreas loteadas em relação à área total do município – 98,6% – e a média de habitantes por domicílio de 4,24, indicando 1,08 família para cada domicílio, podemos constatar que a ocupação territorial do município é na sua maior parte por moradias, definindo seu traçado urbano já no início dos anos 60, quando 72,56% da área total do município já estavam loteadas. Não existe, portanto, zona rural na cidade, nem grandes áreas verdes, ou mesmo livres.

As moradias são construídas predominantemente sob a forma de autoconstrução. No caso de São João de Meriti, a autoconstrução não deve ser entendida, na sua finalidade, como uma forma de poupança, mas a busca de uma solução a um dos elementos indispensáveis à subsistência – a moradia.

Analisando o processo de autoconstrução, Lucio Kowarick, no seu livro *A Espoliação Urbana* (Paz e Terra, RJ, 1979, p. 62) tenta demonstrar que “em síntese, pode-se afirmar que a construção da casa própria leva a um endividamento que, face à deterioração salarial imperante, só pode ser coberto através do prolongamento da já extensa jornada de trabalho. Se a este tempo forem adicionadas as horas gastas na locomoção diária e as referentes à confecção da moradia, tem-se um quadro claro do desgaste daqueles que ingressam na aventura de possuir uma propriedade, frequentemente marcada por baixo valor de revenda”.

Construída, na maioria das vezes, nos fins de semana, com ajuda de parentes ou em mutirão, a autoconstrução permite que o ritmo da construção da casa se relacione diretamente com a capacidade do seu construtor em direcio-

nar recursos para a moradia, na maioria das vezes abrindo mão de outros gastos fundamentais na sua qualidade de vida. O produto final da construção é também inacabado. O cenário da cidade denuncia que a grande maioria das moradias são sem revestimentos externos, faltam telhas na cobertura das lajes, pintura e outros pontos de acabamento, que passam a ser “supérfluos” em função das graves condições de vida da população na cidade.

## Renda e escolaridade

A população de São João de Meriti, quanto a salários e rendas, pode ser caracterizada pela marcante homogeneidade. Os salários estão concentrados na faixa de um a quatro salários mínimos (veja a Tabela 1) com grandes diferenças entre trabalhadores masculino e feminino. A mulher, apesar de representar 30% da força de trabalho remunerada (Gráfico 1), recebe salários mais baixos em relação ao homem. Ela contribui em apenas 20% na formação da massa salarial (veja Tabela 2).

Considerando-se a população de dez anos ou mais, constatamos que 56% recebem algum rendimento, mesmo que este não seja o principal da família.

O setor de atividade predominante entre os trabalhadores é o terciário (veja Tabela 3), despontando em importância os operários da indústria de transformação, os prestadores de serviço, operários da construção civil e profissionais de transporte e comunicações. A diferenciação de ocupação por censo demonstra uma predominância masculina entre os operários e das mulheres entre os prestadores de serviço, explicando parte das desigualdades salariais.

Um dado importante de ser ressaltado é a

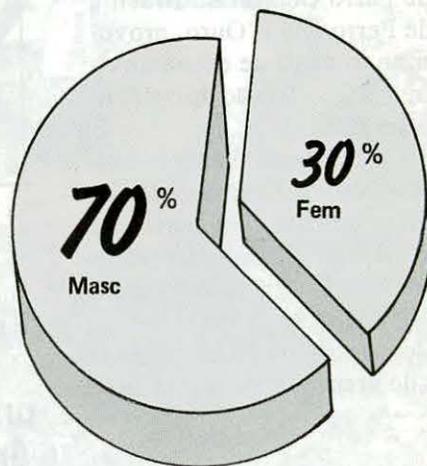
oferta de serviço nas fábricas de São João de Meriti. Em 1978 a indústria ofereceu 3.816 vagas, representando 10% do operariado da cidade. Isto significa que pelo menos 90% dos operários de São João de Meriti exercem suas ocupações em outros municípios, caracterizando a cidade como dormitório, ou seja, local de moradia, mas não de trabalho.

Quanto à escolaridade, a população com dez anos ou mais, com curso completo em 1980, apresenta as características mostradas na Tabela 4. A oferta de matrículas no 1º grau pelo setor público é de 35.008, inferior à metade da população em idade escolar (77.141), cobrindo apenas 45,4% da necessidade. No 2º grau a cobertura das vagas é ainda mais precária, na ordem de 6,6%. A rede privada de ensino, no 1º grau ofereceu 38,0% das matrículas; no 2º grau, 57,2%; e no supletivo, 81,0%.

O total de vagas oferecidas pela rede pública e rede privada, mesmo somadas, é insuficiente para atender a demanda da população em idade escolar, cobrindo no 1º grau 73,16% das matrículas necessárias e no 2º grau 15,21%. Outro dado relevante é a inexistência de ensino superior na cidade.

### GRÁFICO I

População que possui rendimentos segundo sexo (Dist. proporcional) – São João de Meriti – 1980



Fonte: CD 1980 / IBGE

**TABELA 1****Distribuição proporcional dos trabalhadores\* de São João de Meriti por faixas de rendimentos – 1980****RENDIMENTOS EM SALÁRIOS MÍNIMOS (%)**

SEXO	Até 1/4	1/4 a 1/2	+ de 1/2 a 1	+ de 1 a 1 1/2	+ de 1 1/2 a 2	+ de 2 a 3	+ de 3 a 5	+ de 5 a 10	+ de 10 a 20	+ de 20
Masc.	0.69	2.40	11.26	19.80	15.89	22.15	18.89	7.05	1.17	0.15
Fem.	5.15	9.47	30.66	27.51	11.22	9.13	4.21	1.60	0.19	0.01
Total	2.28	4.74	17.67	22.35	14.35	17.85	14.05	5.25	0.85	0.11

\* Trabalhadores de 10 anos ou mais de idade que recebem algum rendimento.

Fonte: IBGE – CD 1980

**TABELA 2****Trabalhadores de São João de Meriti, segundo sexo, população, sem rendimento e massa salarial em salário mínimo**

SEXO	COM RENDIMENTO	SEM RENDIMENTO	MASSA SALARIAL
Masc.	113.695	35.316	302.897
Fem.	56.901	98.302	76.280
Total	170.596	133.618	379.177

Fonte: IBGE – CD 1980

**TABELA 3****Pessoas de 10 anos ou mais que trabalham no ano de referência, do Setor de Atividade e Sexo em São João de Meriti – 1980**

SETOR DE ATIVIDADE	SEXO				TOTAL	
	MASCULINO		FEMININO		Nº	%
	Nº	%	Nº	%		
Primário	162	0,17	8	0,02	170	0,13
Secundário	42.986	42,73	8.546	20,65	51.442	36,36
Indust. Transformação	28.567	28,41	8.206	20,04	36.773	25,99
Indust. Const. Civil	12.677	12,61	178	0,43	12.895	9,09
Outras Ativ. na Indust.	1.742	1,73	72	0,18	1.814	1,28
Terciário	57.394	57,08	32.484	79,39	89.878	63,52
Comércio de Merc.	16.743	16,65	6.042	14,76	22.785	16,10
Transp. e Comunic.	10.663	10,61	847	2,07	11.510	8,13
Prestação de Serv.	16.229	16,14	18.991	46,37	35.220	24,89
Atividades Soc.	3.025	3,01	5.097	12,45	8.122	5,74
Adm. Pública	8.005	7,96	615	1,50	8.620	6,09
Outras Atividades	2.729	2,71	892	2,18	3.621	2,56

Fonte: IBGE – CD 1980

**TABELA 4****São João de Meriti – Pessoas de 10 anos ou mais com curso completo**

Grau do Curso	N <sup>o</sup> de Pessoas	% em relação à população total
Elementar	124.032	31,10
1 <sup>o</sup> Grau	40.016	10,03
2 <sup>o</sup> Grau	13.490	3,38
Superior	1.446	0,36
Mestrado ou Doutorado	21	0,05
Total	179.005	44,92
População Total	398.819	100,00

Fonte: IBGE – CD Censo Demográfico de 1980 – Rio de Janeiro

### As condições da saúde

Os dados referentes à saúde são todos aqueles que permitem analisar a qualidade da vida da população. Portanto é preciso levar em conta que todos os dados apresentados até o momento, referentes à renda, escolaridade e ocupação da cidade, também fazem parte das condições de saúde da população. Da mesma forma, a precariedade dos serviços de infra-estrutura (saneamento, transportes, etc.) afetam diretamente estas condições.

Nosso objetivo, ao destacar aqui as condições de saúde, é ressaltar alguns indicadores que permitam uma abordagem indireta, através da análise dos principais danos que afetam a saúde. É preciso levar em consideração, ainda, o fato destes indicadores serem construídos a partir da notificação das doenças e da inexistência de canais de informação eficazes no registro e notificação das informações necessárias. “No Brasil a notificação compulsória tem sub-registro notório e o sistema de informação em saúde é bastante deficiente. Um das consequências dessas limitações é que o estado de saúde das populações continua a ser medido basicamente através dos indicadores de mortalidade, ou seja, das perguntas: quem morre? De que morre?” (*Cadernos Saúde Coletiva – A saúde em Meriti: algumas considerações*, RJ, URFJ, 1987, p. 21).

Os principais dados indicadores da mortalidade infantil demonstram para São João de Meriti que de cada 1.000 nascidos vivos em 1982, 54 morreram

antes de completar 1 ano de idade. Comparando este dado com o município do Rio de Janeiro, temos na capital uma relação de para cada 1.000 nascidos vivos, 54 mortes; em Cuba 15 e na Suécia apenas 6. Na população de 1 a 4 anos, no entanto, a mortalidade em São João de Meriti apresenta um índice 50% superior ao município do Rio de Janeiro. A análise das causas de óbito em São João de Meriti mostra que “ao lado das causas de óbito mais frequentes em populações das sociedades industriais, como doença cardiovascular e neoplasias, vemos entre as seis principais causas surgirem as doenças infecciosas e parasitárias (*Cadernos de Saúde Coletiva*, p. 22). Estas doenças estão relacionadas à precariedade da situação de vida na cidade (veja Tabela 5).

Uma análise da mortalidade proporcional por causa e por sexo em São João de Meriti (veja Tabela 6) demonstra uma clara relação entre as

doenças e a qualidade de vida da população.

As causas perinatais, que ocorrem em crianças de 0 a 28 dias, mostram a deficiência no atendimento à saúde infantil e ao processo da gravidez e parto, atingindo índices bastante elevados em relação ao conjunto da população.

As causas externas (acidentes de trabalho, trânsito, assassinatos), ocupando o segundo lugar no caso masculino, mostram as consequências da violência urbana, principalmente para este grupo populacional.

A análise da mortalidade proporcional em São João de Meriti, por causa, em menores de 1 ano (veja Tabela 7), demonstra que pelo menos 80% das mortes têm causas que provavelmente poderiam ser evitadas. Trinta e quatro por cento das mortes têm causas perinatais, 51,5% são devidas a doenças infectoparasitárias, causas respiratórias e doenças nutricionais, relacionadas, portanto, às condições de saneamento básico, infra-estrutura urbana e às condições econômicas da população.

A análise da mortalidade proporcional por faixa etária (veja Tabela 7), ainda mostra que para cada 100 óbitos em São João de Meriti, metade foi de pessoas com menos de 50 anos, sendo que 22 destas tinham menos de 1 ano. Para uma análise crítica destes dados, basta compará-los com os do Estado do Rio de Janeiro e a capital. No estado, de cada 100 óbitos, 40 são de pessoas com menos de 50 anos, enquanto na capital apenas 30.

Com relação à assistência médica ambulatorial, o setor público

**TABELA 5****São João de Meriti – Mortalidade específica pelos seis principais grupos de causa de óbito em São João de Meriti – 1982**

Causas	Óbitos por causa	Taxa de Mortalidade específica
Cardiovascular	988	234,74
Respiratória	427	101,45
Causas externas	281	66,76
DIP	253	60,11
Perinatal	212	50,37
Neoplasmas	209	49,66

Fonte: Cadernos de Saúde Coletiva

**TABELA 6**  
Mortalidade proporcional por causa e sexo  
São João de Meriti – 1982

CAUSA	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cardiovascular	498	31,74	488	39,42	988	35,15
Respiratória	230	14,66	197	15,91	427	15,19
Causas externas	234	14,91	47	3,80	282	10,03
DIP	136	8,67	117	9,45	253	9,00
Perinatal	119	7,58	94	7,59	213	7,57
Neoplasma	116	7,39	93	7,51	209	7,43
Outras	236	15,04	203	16,40	439	15,62
Todas as causas	100,0	100,0	1.238	100,0	2.811 *	100,0

NOTA: \* Existem 4 casos de sexo ignorado (2 em cardiovascular, 1 em causas externas e 1 em perinatal)

FONTE: SESH

conta com 60 consultórios, com uma capacidade para oferecer até 627.264 consultas/ano. O setor privado conta com 54 consultórios. Tendo-se por referência a necessidade estimada pela Portaria 3046/82 do MPAS para 1986, o setor público deveria oferecer 1.443.702 consultas/ano em São João de Meriti. A consequência é um déficit mínimo de 681.472 consultas. Estes dados têm por referência o número necessário para a cobertura de 3 consultas/habitantes/ano. É preciso levar em conta, ainda, que em São João de Meriti não existe hospital público, ficando toda a assistência a cargo da rede privada contratada e conveniada pelo Inamps.

### A infra-estrutura urbana

Os serviços de iluminação elétrica nos domicílios particulares cobriam 97,34% das residências, segundo o censo de 1980. Com relação aos domicílios particulares ligados à rede de abastecimento de água, o índice de atendimento atingia 71,55%.

O censo demográfico de 1980 não possui registro de domicílios ligados à rede geral de esgotos. De qualquer forma, é preciso levar em conta que até 1984 as obras de esgotamento sanitário eram da responsabilidade da prefeitura

municipal, que realizava obras dentro de uma concepção de sistema unitário, construindo redes comuns para escoamento pluvial e esgotamento sanitário, ou seja, despejando os dejetos in natura nos canais e valões. Este sistema seria mais tarde condenado pela Federação ABM e órgãos científicos e governamentais, exigindo a construção de um sistema de esgotamento sanitário, ou seja, uma rede própria de coleta e tratamento do esgoto sanitário.

Ainda dentro da concepção colocada em execução pela prefeitura até 1984, não eram levados em consideração aspectos técnicos como as bacias e sub-bacias hidrográficas e, conseqüentemente, o tratamento dos dejetos.

Tomando-se dados referentes ao censo de 1970, temos 10,95% domicílios ligados à rede geral de esgotamento sanitário. Levando-se em conta que não há registro de obras significativas de galerias por parte da prefeitura municipal até o ano de 1980 e que a população sofreu um incremento de 96.425 habitantes na década de 70, é possível supor que o índice de domicílios ligados à rede geral de esgotos no ano de 1980 fosse inferior a 11%. É com este dado que o movimento popular vai trabalhar nas suas teses, documentos e reivindicações junto ao poder público.

Segundo a Fundrem (Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana), com relação à coleta de lixo, apenas cerca de 20% das 207 toneladas produzidas diariamente, em 1979, eram coletadas.

Os dados relacionados neste capítulo são suficientes para chegarmos a

**TABELA 7**  
Mortalidade proporcional por causa e faixa etária – São João de Meriti – 1982

	1 ANO		1 - 4		5 - 19		20 - 49		50 e +		Ignorado		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cardiovascular	3	0,3	2	0,2	4	0,4	183	18,5	796	80,6	-	-	988	100,0
Respiratória	128	30,0	56	13,1	12	2,8	53	12,4	177	41,4	1	0,2	427	100,0
Causas externas	2	0,7	6	2,1	40	14,2	190	67,4	36	12,8	2	0,7	282 *	100,0
DIP	148	58,5	6	2,4	27	10,7	35	13,9	35	13,9	-	-	253	100,0
Perinatais	213	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	213	100,0
Outras	121	19,7	15	13,0	22	26,2	139	23,5	358	25,5	-	-	654	100,0
Todas as causas	615	21,9	116	4,1	84	3,0	592	21,1	1.402	49,9	3	0,1	2.811	100,0

NOTA: \* Existem 6 casos de idade ignorada

Fonte: SES

algumas conclusões. A insuficiência dos equipamentos urbanos, agravada pelas condições sócio-econômicas da população, mostra que o município de São João de Meriti apresenta um quadro de precária qualidade de vida da população. Vendendo sua força de trabalho em outros municípios a população, majoritariamente formada por migrantes, enfrenta problemas culturais de socialização numa nova realidade; problema de inser-



**Desde o final do século XIX a ligação ferroviária Rio-Meriti permite aos moradores trabalhar na Capital**

ção no mercado de trabalho, devido à sua baixa qualificação profissional; problemas no acesso aos bens coletivos em função da ausência de equipamentos de consumo coletivo como habitação, transporte, saúde, educação, saneamento básico etc.

Este quadro permite afirmar a existência de um processo de espoliação urbana, "entendido enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, (que) assume seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo que, por alguma razão de caráter social, tem direito" (Lucio Kowarick, *op. cit.*).

Mesmo sem ter apresentado neste artigo dados referentes aos municípios de Nova Iguaçu, Nilópolis e Duque de caxias, o retrato da realidade denuncia uma grande identidade com as condições de vida de São João de Meriti, tornando a região da Baixada Fluminense marcada por uma população sem acesso aos seus direitos de cidadania.

É nesta realidade que surgem e se desenvolvem os movimentos sociais urbanos na Baixada Fluminense. É nesta realidade que surge e se desenvolve a Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti-ABM congregando, hoje, cerca de 100 associações de moradores, conquistando o reconhecimento do poder público e de grande parte da população. A ABM surge para "dar direção na luta por melhores condições de vida da nossa população... na esperança de que fortalecidos na organização conquistaremos aquilo que nos é de direito" (Resoluções do I Congresso das Associações de Bairro de Meriti, ABM, 1984, Apresentação). ■

## SOLIDARIEDADE NA BAIXADA FLUMINENSE



### CADTS – Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico Social

É um organismo de ação social da Diocese de Duque de Caxias. Tem como objetivo a profissionalização de jovens e adultos nas áreas metalúrgica e elétrica.

**CADTS**  
Rua Antonio Hermont, 107  
25500 – São João de Meriti – RJ  
Tel.: (021) 756-0451.



### APAC – Associação de Produtores Autônomos da Cidade e do Campo

A Oficina Comunitária da APAC foi organizada por operários da Baixada Fluminense para atender pequenos agricultores na produção de implementos agrícolas e equipamentos de lixo e saneamento.

**APAC**  
Rua Cacilda, 15535 ou  
Caixa Postal, 79821  
25550 – S.J. de Meriti – RJ  
Tel.: (021) 751-5439



### ABM – Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti

Edita o Jornal AMB nos Bairros informando e debatendo os problemas e alternativas levantadas pelas associações de moradores.

**ABM**  
Rua Luis Alves Cavalcanti, 25  
25550 – S.J. de Meriti – RJ  
Tel.: (021) 751-0457

# O Projeto de Reconstrução na trajetória do movimento popular em São João de Meriti

Jorge Florêncio de Oliveira\*

A população de São João de Meriti começa a se organizar no final da década de 70. A partir dos grupos de base da Igreja vão surgir as primeiras associações de moradores. A conjuntura é marcada por um momento de "distensão" política e a sociedade reconquista, no início dos anos 80, alguns dos direitos democráticos básicos que lhes haviam sido cassados pelo regime militar, tais como as liberdades de organização e expressão.

Rapidamente se ampliam as pró-associações de moradores, que também percebem a necessidade de se articular a nível municipal para travarem suas lutas com o poder público. Neste processo, forma-se a ABM - Amigos de Bairros de Meriti. Logo após, já em 1982, a ABM se tornaria uma Pró-Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti.

Na ocasião de seu I Congresso, em 1983, a ABM se constitui em Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti, contando então com 19 associações filiadas.

Hoje, passados sete anos, a ABM já realizou quatro congressos e conta com mais de 80 associações filiadas, se constituindo numa das principais forças políticas na cidade. A partir de uma análise do desenvolvimento e da

organização das lutas da Federação ABM, é possível demarcar as principais características desta trajetória.

A Federação ABM, já no seu primeiro congresso, elegia como sua prioridade de luta o saneamento básico na cidade, apontado como o principal problema pelas associações de moradores. Afirmado sua autonomia frente ao poder público, o movimento popular viveu um processo de amadurecimento da sua relação frente ao estado.

A capacitação de lideranças, através de um contínuo processo de formação política e de educação popular de base, garantiu a ampliação dos quadros do movimento e a qualificação de sua intervenção nas lutas na cidade.

A busca pela participação nas esferas municipais e estadual das políticas públicas foi outra característica na trajetória do movimento conseguindo garantir, através de canais de consulta e de discussão, propostas de seu interesse, principalmente nos campos de saneamento e educação.



Fatima Valéria

\* Técnico em educação popular da FASE/RJ

## As águas de fevereiro e março

É no contexto dessa trajetória que a Federação ABM enfrentou as enchentes de fevereiro e março de 1988, que fez São João de Meriti viver um quadro de calamidade pública.

Durante as enchentes foi formado um comitê de solidariedade para arrecadar e distribuir alimentos e roupas, compostos pela Federação ABM, Igreja Católica e Prefeitura. Toneladas de alimentos e roupas foram distribuídas, salvando milhares de pessoas da calamidade. A ação do movimento popular neste momento foi fundamental, organizando as famílias, cadastrando-as, coordenando a distribuição de alimentos. É preciso lembrar ainda que a Federação ABM foi a única entidade na cidade que conseguiu levantar alguns dados sobre as enchentes elaborando um cadastro, fato que nem a Prefeitura conseguiu organizar, ficando submetida aos dados do movimento.

As causas desta tragédia já vinham sendo apontadas pela Federação ABM desde a sua fundação, sendo a principal delas a falta de saneamento básico.

Desde 1983, quando a Federação ABM foi fundada, a prioridade do movimento era a luta pelo saneamento, entendido como um conjunto de ações integradas compreendendo a drenagem dos rios, esgotamento sanitário, a drenagem pluvial, recolhimento do lixo, tratamento do esgoto, água e manutenção do sistema. Ao lado desta luta o movimento exigia uma política habitacional compatível com esta proposta. No entanto, os governos municipal, estadual e federal não responderam concretamente a estas necessidades e durante as enchentes tiveram uma ação muito aquém do que a gravidade da situação exigia.

É nesse contexto que surge o Projeto de Reconstrução de Casas Populares e Benfeitorias Coletivas de São João de Meriti (RJ).

A partir de discussões da ABM junto com outras instituições (FASE e Igreja), a diretoria da Federação aprovou a elaboração e o encaminhamento do projeto. A FASE, contribuindo com a assessoria, participou desta elabora-

ção, sendo também uma das entidades responsáveis. Passada a enchente os problemas ainda eram grandes e o objetivo era fortalecer a organização, desenvolvendo uma gestão popular na reforma de casas populares danificadas pelas enchentes e a construção de benfeitorias coletivas que atendessem às comunidades. Ao mesmo tempo o movimento avança na sua luta, cobrando do poder público o atendimento a todas as famílias cadastradas nas enchentes e uma política urbana e habitacional que responda aos interesses populares.

E é por causa desta trajetória de luta pelo saneamento básico e habitação que importantes vitórias foram conquistadas: a assinatura do Plano Global de Saneamento da Baixada em 1982, a execução das obras de esgotamento sanitário (que até hoje estão em andamento) e, no fim de 1988, a conquista do plano de macro e mesodrenagem dos rios e canais da Baixada (entra em execução a partir de 1990). Tudo isso dá um novo perfil à realidade da Baixada, apesar de ser necessário reconhecer que frente aos inúmeros problemas estas conquistas são ainda muito pequenas, mas no entanto significativas.

Por isso, mesmo garantidas algumas conquistas, o movimento popular acompanha o desenvolvimento dos

## A ABM conseguiu elaborar cadastros que nem a Prefeitura de Meriti logrou organizar

projetos com o objetivo de assegurar sua qualidade. E cobra do poder público a ampliação dos serviços fundamentais para o necessário reconhecimento da cidadania da Baixada.

Cidadania é bem a expressão desta trajetória da Federação ABM, ao mesmo tempo em que a luta pelo saneamento básico tem uma importância ligada ao próprio desenvolvimento da organização popular e com o processo de tomada de consciência da cidadania coletiva. Sua luta torna-se pouco a pouco uma luta pela apropriação da cidade pelos seus habitantes. E gera a consciência e o desejo de uma cidade nova com vida melhor.

## direitos humanos

Assine já a Revista **DIREITOS HUMANOS** e fique por dentro das questões de Justiça e Segurança Pública numa perspectiva democrática.

**DIREITOS HUMANOS** é uma publicação semestral do GAJOP - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares/Centro Luiz

Freire: Rua 27 de Janeiro, 181 - Carmo - Olinda-PE - Fone: (081) 429.3444.

**INDIVIDUAL:** 12 BTN's  
**ENTIDADE:** 14 BTN's  
**APOIO INSTITUCIONAL:** 16 BTN's  
**AMÉRICA LATINA:** \$ 12  
**OUTROS PAÍSES:** \$ 15

# A experiência da ABM na luta por uma gestão democrática da cidade

Orlando A. dos Santos Junior\*

A Federação ABM tem na sua trajetória a marca de ser uma combativa organização de moradores. Combativa, porque é caracterizada por inúmeros embates com o poder público, garantindo por diversas vezes o cumprimento das suas reivindicações. Vale a pena lembrar, neste sentido, que no episódio da queda do prefeito Manoel Valença, a Federação ABM teve um papel de destaque.

Em 1984 o prefeito Manoel Valença foi afastado pelo governador Leonel Brizola, através de intervenção municipal, nomeando o vice José Claudio como prefeito. Logo após foi votado o *impeachment* do prefeito, acusado por corrupção. A Federação ABM teve papel fundamental no episódio porque foi a primeira entidade a levantar acusações sobre o prefeito, além de participar ativamente da articulação de entidades pelo seu afastamento.

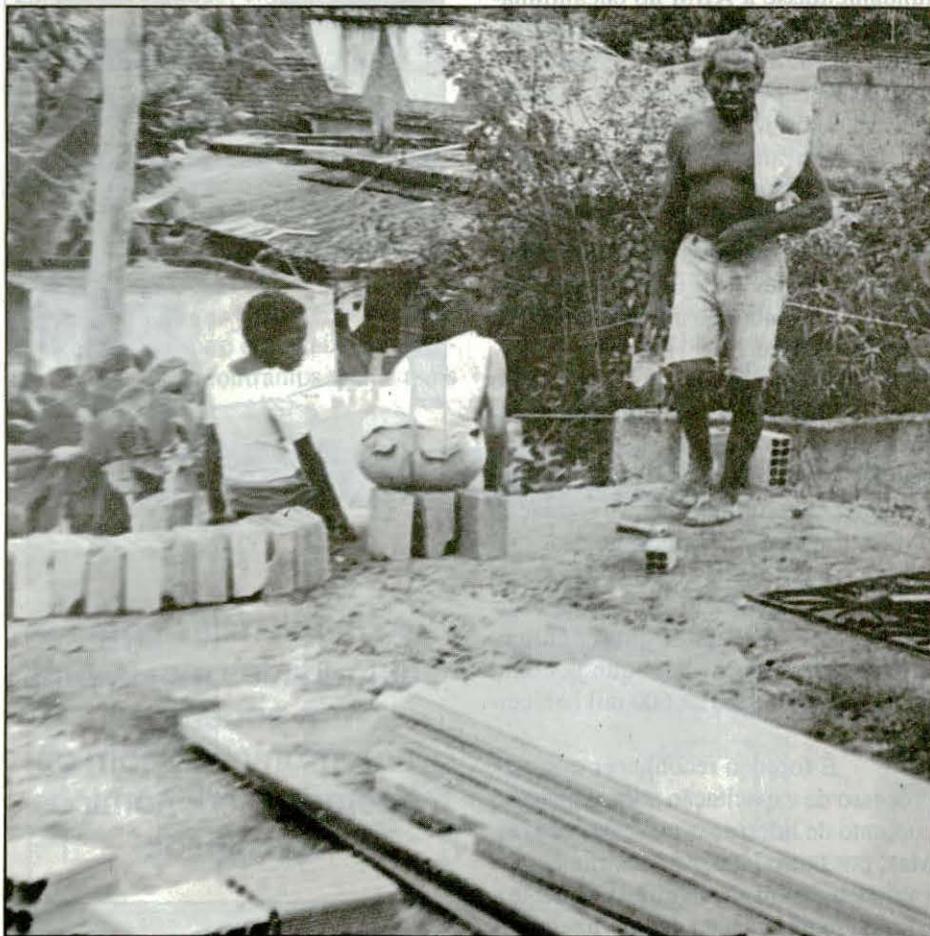
O acompanhamento das teses, discussões, e da própria história da Federação chama a atenção para a mudança qualitativa como vem sendo elaborada a relação da Federação com o poder público. A Federação tem ao longo dos anos se capacitado para manter uma relação de negociação com o poder público. Esta capacitação significa uma instrumentalização das lideranças através de alguns conteúdos técnicos que possibilitem um diálogo que ultrapasse a reivindicação de um serviço ou bem público, caminhando em direção a uma forma de funciona-

mento da participação popular que denominamos processo de gestão.

É significativo o avanço do movimento popular de Meriti na luta pelo saneamento básico. A conquista do Plano Global de Saneamento para a Baixada Fluminense, o Plano Piloto instalado em Vilar dos Teles e o projeto de macro e mesodrenagem em execução pelo governo estadual são algumas das etapas acompanhadas sistematicamente

pela Federação, reconhecendo neste processo a importante participação dos técnicos e assessores que acompanharam o movimento.

Foi por este processo que o movimento conseguiu elaborar uma visão de saneamento básico como um conjunto de ações, e passou a articular a luta do lixo, água, esgoto, urbanização, enfim, de todos os serviços que compõem essa visão.



Fátima Valéria

\* Sociólogo, Mestrando em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e técnico em educação popular da FASE/RJ

Na saúde, para citar outro exemplo, também é necessário articular as reivindicações à visão global da cidade. Assim, a reivindicação de postos de saúde pode não corresponder às prioridades para a realidade municipal, mas um programa voltado para o atendimento materno-infantil. Ou seja, é necessário verificar as carências municipais e suas articulações com a realidade dos bairros.

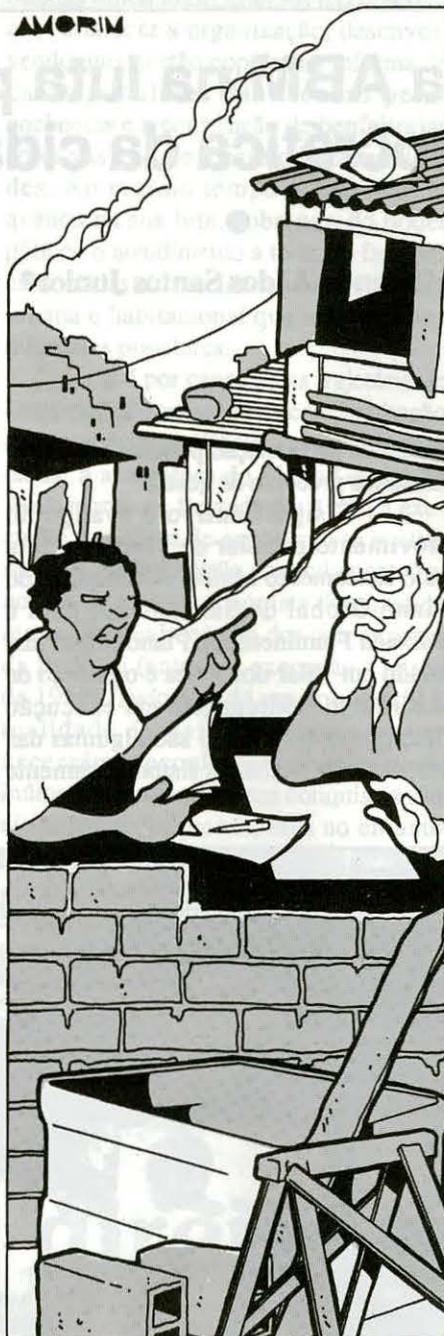
E foi neste processo de estudo e investimento, com a participação da UFRJ, que o movimento avançou nas suas reivindicações no campo da saúde.

Como o próprio caderno publicado pela UFRJ reconhece (*Cadernos de Saúde Coletiva – A Saúde em Meriti, algumas considerações, nº 1* – novembro/1987, UFRJ) “esse trabalho surgiu por solicitação da Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti (ABM) de uma assessoria na área de saúde coletiva para a produção de um documento que, ao indicar os principais problemas de saúde da comunidade de São João de Meriti e as carências mais evidentes na oferta de serviços de saúde, fundamentasse a ABM no encaminhamento das discussões junto às instituições – SMS, SES, INAMPS, CIMPS – responsáveis pela organização da assistência à saúde no Município.”

Um ano mais tarde o movimento conquistava quatro unidades mistas (Pronto Atendimento Médico e Posto de Urgência) instaladas em pontos discutidos pela comunidade e com a participação de um membro do movimento no seu conselho de direção.

No dia 16 de agosto de 1988 o jornal *Última Hora* publicou uma matéria com o título “Pressão da ABM consegue do Estado duas unidades de Saúde”, reconhecendo no texto a programação de construção de mais duas unidades no ano seguinte. Depois destas conquistas o movimento passou a direcionar suas reivindicações para um hospital público, inexistente numa cidade que já conta com uma população de 600 mil habitantes.

É forçoso reconhecer que este processo de capacitação atinge apenas o conjunto de lideranças mais expressivas. Mas, por outro lado, esta instrumentalização tem ampliado significativamente a base de representação do movimento. A



**As audiências com as autoridades mostraram um poder local comprometido com os interesses econômicos da cidade**

Federação conta com um jornal “ABM nos Bairros”, com uma tiragem mensal de 5000 exemplares, mantém uma sede, correspondência quinzenal para as associações e atinge diretamente, segundo cálculos do movimento, cerca de 5% da população meritiense.

Avançando um pouco mais nesta reflexão podemos afirmar que o movimento popular de São João de Meriti é sem dúvida o maior responsável pela eleição de um dos deputados da cidade em 1986 e de um vereador comprometido com as causas populares em 1988.

Nas eleições de 1986 foi eleito para deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Ernani Coelho, sócio-fundador da ABM e importante liderança municipal. Em 1988, nas eleições municipais, foi eleito pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Genesis P. Torres, primeiro presidente da ABM.

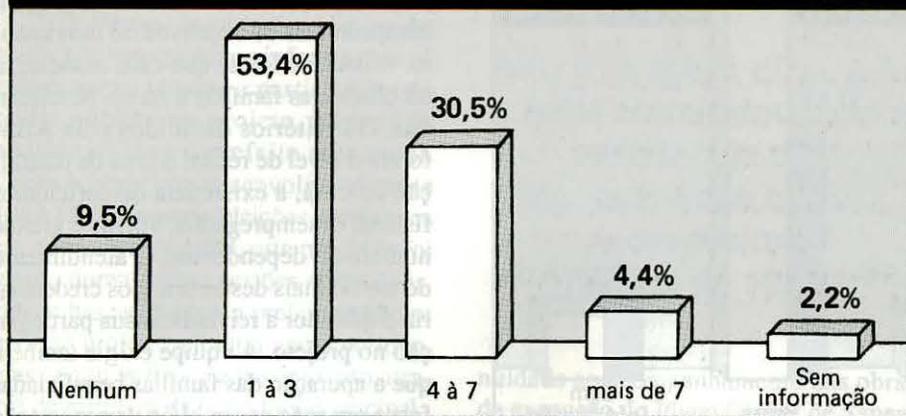
Sua força, no entanto, ainda não é capaz de derrotar o conservadorismo político que domina o município, sendo eleito para prefeito, em 1988, José Amorim, ex-prefeito, cassado por irregularidades administrativas e ligado aos grupos de direita.

## Ocupando o vazio

O Projeto de Reconstrução surge da crítica da Federação ABM ao abandono administrativo em que se encontrava a cidade após as enchentes de 1988. O jornal *ABM nos Bairros* nº 3, fevereiro/março 1988, apontava esta calamidade pública na sua manchete.

Não bastasse a grande responsabilidade do poder público nas causas das enchentes, ligadas à situação do saneamento na Baixada Fluminense, o descaso administrativo tomou conta da prefeitura numa clara ausência de poder na cidade.

Foram dias em que a Federação ABM, sediada num CIEP, organizou a distribuição de alimentos e mantimentos aos bairros, cadastrou os desabrigados, formou um Comitê de Solidariedade aos Flagelados das Enchentes e, não é exagero dizer, comandou a ação das secreta-

**GRÁFICO I • DEPENDENTES POR UNIDADE FAMILIAR DE MORADIA**

Fonte: FASE/Rio

rias municipais de Saúde e da Defesa Civil na cidade.

Esta situação levou à reflexão de que a Federação ABM tinha conseguido atingir um sem-número de pessoas vivendo na periferia da cidade, em situação crítica de pobreza, numa realidade em que o próprio movimento organizado não penetrava, e muitas vezes desconhecia no seu cotidiano.

Foi a partir da necessidade de dar continuidade a esse trabalho que a Federação ABM consolidou a idéia de um projeto que combinasse a assistência social concreta ao trabalho educativo de organização e tomada de consciência da cidadania.

Concluído o projeto é possível realizar algumas reflexões sobre o que significou a relação da Federação ABM com os moradores e o poder público.

Os dados sócio-econômicos de São João de Meriti revelam o quadro dramático da realidade na cidade. Mas tornou-se fundamental realizar uma pequena pesquisa, coordenada pela assistente social Fátima Valéria, funcionária do projeto, realizada com uma amostra significativa de moradores beneficiados através de um questionário. Esta pesquisa possibilitaria traçar um perfil mais específico da população atingida diretamente pelo projeto. Conhecer o cotidiano da periferia, das favelas, foi uma das experiências mais ricas do trabalho desenvolvido.

Isto deve se traduzir, agora, na análise e sistematização da estrutura da população atingida. Com isso espera-se que o movimento possa se instrumentalizar de mecanismos para atingir perma-

nentemente esta população, possibilitando sua organização e a garantia do exercício de sua cidadania.

A maioria das famílias atingidas (53%) tem de um a três dependentes, mas um número bastante significativo (31%) revela famílias com quatro a sete dependentes, comprovando um quadro bastante freqüente no cotidiano do projeto. Basta lembrar que grande parte das casas reformadas ou construídas tinham apenas um cômodo, onde se espremiavam quatro, cinco ou às vezes até mais de sete pessoas dentro do mesmo teto (veja Gráfico 1).

A renda mensal destas famílias, demonstra que 97,6% delas ganham até três salários mínimos, revelando a população específica atingida pelo projeto, ao compararmos aos dados municipais que apontam 79,24% da população nesta faixa de renda (veja Gráfico 2).

Mas dentro desta faixa de rendimentos ainda encontramos dados mais

significativos. Com renda abaixo do salário mínimo, ou sem nenhuma renda, encontramos 37,2% das famílias, enquanto os dados municipais apontam que 24,69% da população está nesta faixa de rendimento.

Uma característica marcante nestas famílias é sua condição de moradia. A grande maioria (41%) tem sua casa na condição de posse. No entanto, uma análise mais minuciosa destes dados demonstra que a condição de posse é muito superior aos dados recolhidos, porque em várias áreas onde a situação da terra é irregular, como nas favelas, alguns moradores responderam como sendo própria sua condição de moradia. No total, 36% das famílias disseram ser próprias suas casas, enquanto podemos afirmar com toda certeza de que esta é uma condição minoritária nesta realidade (veja Gráfico 3).

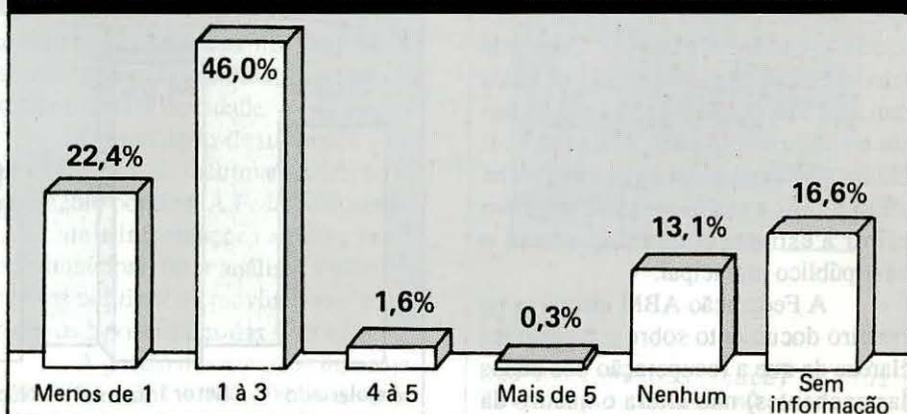
Estes dados demonstraram a consciência dos moradores sobre sua condição real de moradia. Nas áreas onde a associação já iniciou a discussão e organização sobre a luta pela moradia, as respostas se mostraram reveladoras. Exemplo são os bairros Parque Analândia e Parque Juriti onde a totalidade das famílias revelaram sua condição de posse.

Quanto à condição de trabalho, os dados denunciam que 35% das famílias têm condição de emprego irregular, ocupadas em serviços informais e apenas 28% são assalariados. O número de trabalhadores desempregados também se revelou bastante alto (15%).

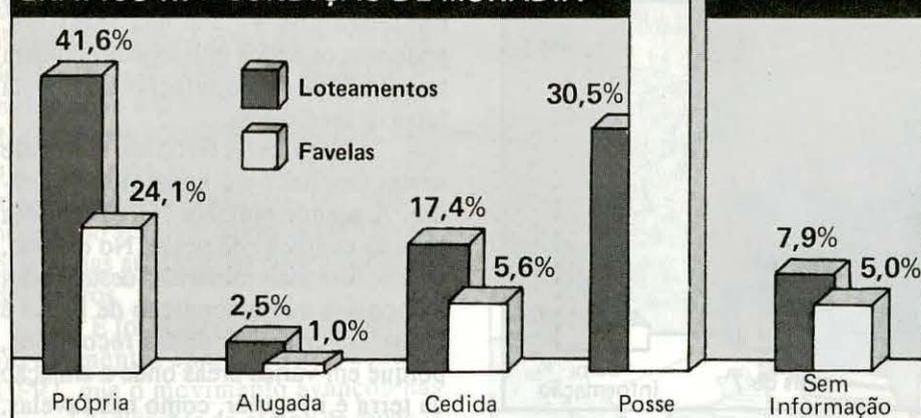
A conclusão a que tendemos a chegar é a da exclusão da maioria das

**GRÁFICO II • RENDA MENSAL**

Faixa salarial (Salário Mínimo)



Fonte: FASE/Rio

**GRÁFICO III • CONDIÇÃO DE MORADIA**

Fonte: FASE/Rio

famílias do mercado de trabalho, da inaccessibilidade ao conjunto de bens e serviços oferecidos pelo sistema econômico vigente no país, o que revela um modelo segregador e centralizador de renda (veja Gráfico 4).

A ausência do poder público durante as enchentes levou o movimento popular em São João de Meriti a registrar e definir quem era atingido, e a definir uma prioridade social coletiva, na qual se empenhou para elaborar um projeto de intervenção.

### Estratégia face ao poder local

A relação com a problemática habitacional, trazida com gravidade pelas enchentes de 1988, exigiu da Federação ABM uma relação qualitativamente diferente com a esfera pública, antes monopolizada pela ação do poder público municipal. O movimento traçou um conjunto de ações que exigiam definições políticas. Quem deveria ser beneficiado? Aonde? Com quê? Com que metodologia de assistência social? Estas eram algumas das indagações que tomaram bastante tempo nas discussões. E pelo fato do movimento estar atuando na esfera pública era necessário também definir a estratégia de relação com o poder público municipal.

A Federação ABM afirmava no primeiro documento sobre o projeto ter "clareza de que a recuperação dos danos (das enchentes) não altera o quadro da qualidade da vida na cidade, da impossi-

bilidade do movimento solucionar o conjunto de problemas sociais da cidade e de que este papel é do Estado".

Em relação à reforma das casas populares, o objetivo da ABM era, portanto, a recuperação da vida comunitária das famílias atingidas, que passaram a sobreviver em condições de habitação subumanas, tendo perdido móveis e vestuário, a conviver em condições insalubres e muitas vezes correndo riscos de vida pelas condições de precariedade das construções habitacionais.

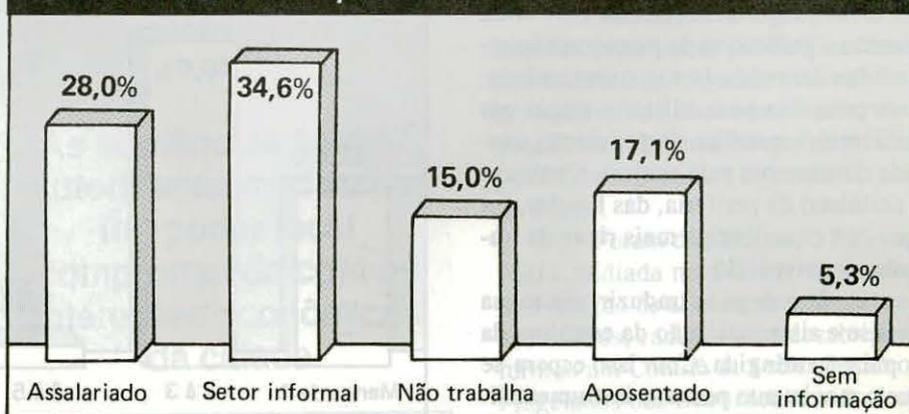
Os critérios elaborados pela equipe na escolha dos bairros levou em consideração o cadastro de famílias atingidas pela enchente e seu nível de organização, ou seja, era necessária a existência da associação de moradores para viabilizar o projeto. Neste sentido os bairros foram escolhidos em última instância pela Federação ABM.

Depois de executada esta escolha, a opção foi fortalecer a associação de

moradores e descentralizar a gestão do projeto, para viabilizar sua execução sem comprometer os objetivos do movimento. A decisão foi de que cada associação escolhesse as famílias a serem beneficiadas. Os critérios decididos pela ABM foram o nível de renda, o grau de destruição da casa, a existência de deficientes físicos, desempregados, viúvas e grande número de dependentes. O atendimento de um ou mais destes critérios credenciaria o morador a reivindicar sua participação no projeto. A equipe exigia também que a apuração das famílias beneficiadas fosse em uma assembléia da associação convocada para esse fim.

O processo foi, portanto, somente fiscalizado pela equipe técnica, que posteriormente à escolha das associações de moradores realizava as vistorias nas casas e promovia as reuniões para organizar o mutirão.

Este processo foi fundamental para comprometer as associações de moradores na gestão do projeto e garantir a confiança dos moradores, que já não confiavam nas promessas e na ação do poder público, e face a tendência a ver o projeto como mais uma promessa da prefeitura. Este campo de intervenção do movimento popular exige uma reflexão sobre a relação entre a esfera pública e o poder público. Com o movimento atuando na esfera pública, reformando ou construindo casas produzia-se ou não uma proposta de política para reivindicar do poder público? Indo mais a fundo nesta reflexão, é possível se perguntar se esta experiência pode possibilitar a produção de uma proposta de política pública popular de habitação viável

**GRÁFICO IV • OCUPAÇÃO**

Fontê: FASE/Rio

para execução por parte do poder público.

Vamos iniciar esta discussão tendo por base algumas informações. A coordenação buscou a participação do poder público no projeto, através de audiências com o prefeito municipal. Como o projeto se desenvolveu durante 1988/1990, havendo eleições municipais em novembro de 1988, este processo foi vivido durante duas gestões municipais. Em ambas as gestões, a prefeitura não se opôs ao projeto, garantiu apoio político, mas negou verbas e a participação através da estrutura da prefeitura municipal.

No entanto, estes encontros foram bastante politizantes para as lideranças municipais, pois mostraram a face de um poder político municipal comprometido com claros interesses econômicos da cidade.

Em 1988 foi eleito o prefeito José Amorim (PDC). Logo após a sua posse, em 89, a coordenação do projeto marcou uma audiência para discutir a intervenção do projeto e tentar a participação da prefeitura na sua execução. Num encontro com a coordenação do projeto, o prefeito José Amorim disse que esta ação não era sua prioridade, mas o recolhimento do lixo. Percebeu-se como a política pública não segue um programa integrado, nem um projeto de governo visando o atendimento das necessidades da maioria da população.

Este posicionamento da prefeitura municipal inviabilizou a continuidade das benfeitorias coletivas, que exigem uma grande mobilização de recursos, pessoal técnico e uma estrutura qualificada, o que tornava inviável sua execução pelo movimento. Mesmo assim, o projeto conseguiu realizar obras em quatro bairros. Estas obras foram levadas com muita dificuldade e resolveram apenas parcialmente os problemas destes bairros, porque uma solução mais adequada requeria uma intervenção conjunta e articulada do poder público.

O grande saldo desta experiência do movimento na relação com o poder público pode ser demonstrado nas teses e propostas elaboradas pela Federação ABM, que passaram a se constituir nas suas diretrizes de luta frente ao poder público.

Na luta do saneamento básico, a Federação ABM consegue dar conti-

## Não é exagero dizer que a ABM comandou toda a assistência aos flagelados das chuvas de fevereiro e março de 1988

nuidade ao acompanhamento das obras de execução do Plano Global de Saneamento da Baixada. A elaboração do vídeo sobre saneamento, "Cidade Nossa/Vida Melhor", cartilhas, jornais e a execução de reuniões em diversas associações de moradores permitiu ao movimento massificar a luta pelo saneamento como um conjunto de ações integradas e necessárias ao exercício da cidadania.

Na luta pela habitação o projeto conseguiu formular as primeiras linhas de intervenção da Federação ABM. Várias associações de moradores passaram a se mobilizar e a discutir a situação habitacional e a levantar os instrumentos políticos e jurídicos para encaminhar esta luta junto ao poder público.

O mais interessante, no entanto, é que a partir do projeto foi possível traçar uma linha de intervenção da Federação ABM, visando a elaboração do Plano Diretor de São João de Meriti.

Um projeto prevendo um convênio entre a Federação ABM, FASE e o IPPUR/UFRJ (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) prevê a elaboração de um diagnóstico nos bairros sobre transporte, saneamento, habitação, saúde e educação visando à elaboração de diretrizes que orientem a intervenção da ABM no sentido de garantir algumas conquistas populares no plano diretor da cidade.

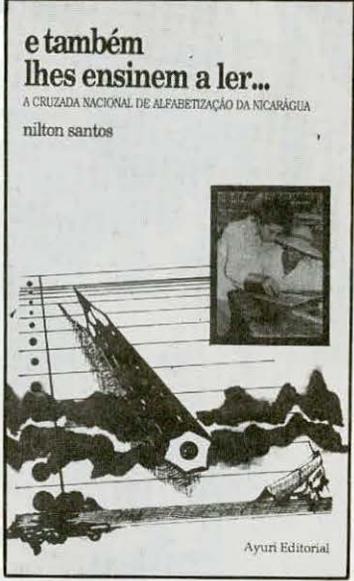
O resultado deste processo é que chamamos de instrumentalização do movimento popular. A Federação conseguiu reunir informações sobre a realidade municipal, fazer análises a partir de critérios políticos do movimento e traçar objetivos e prioridades das suas lutas.

A gestão dos recursos do projeto, da ordem de US\$ 700.000, pode também ser analisada sob o ponto de vista

custo/benefício e da viabilidade de um projeto popular de habitação. A divisão do total de recursos por família beneficiada dá por resultado a quantia média de US\$ 625 por família beneficiada. Isto sem levar em consideração as famílias beneficiadas indiretamente pela reforma das benfeitorias coletivas, construção das redes das associações de moradores, publicação de cartilhas, jornais, realização de cursos, seminários e a confecção de um vídeo sobre saneamento. Isto demonstra a viabilidade de um projeto popular de habitação pelo poder público, e de uma gestão democrática e participativa na sua execução.

O projeto teve uma dimensão macro no sentido de tentar intervir numa problemática municipal em função das enchentes de 1988. É sem dúvida uma experiência alternativa de gestão, que demonstra a capacidade da população em se organizar, discutir e decidir como resolver os seus problemas.

Nesta tarefa são necessárias informações técnicas e dados sociais, mas sobretudo a decisão política de transformar nossa sociedade no sentido de garantir a cidadania e a democracia para todos.



**e também  
lhes ensinam a ler...**  
A CRUZADA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO DA NICARÁGUA  
milton santos

Ayuri Editorial

Pedidos à:  
Interface 2007  
Rua Alcindo Guanabara, 15/701  
Tel.: (021) 262.62.42

# Produção científica e movimento popular

●  
Carlos Abenza\*

São João de Meriti não foge à regra comum das periferias dos grandes aglomerados urbanos do País. No processo de formação da metrópole do Rio de Janeiro as melhores áreas da cidade foram destinadas ao capital imobiliário, industrial e comercial. As periferias e morros restaram como opções de moradia para as populações de baixa renda.

No caso de São João de Meriti, este processo de ocupação foi marcado pela proliferação de loteamentos clandestinos e irregulares, sem saneamento básico, equipamentos urbanos ou qualquer política social. Construiu-se, na verdade, uma não-cidade através da deterioração da qualidade de vida e dos inú-

meros "paliativos" do Estado e de entidades filantrópicas, transformando o cidadão em súdito a espera de um favor e dependente da boa vontade dos governantes. Foi neste quadro que cresceu o movimento de moradores, reivindicando os serviços públicos necessários para a sobrevivência digna da população de São João de Meriti. E o acúmulo de experiências nestas lutas levou o movimento popular a viver, hoje, outro momento histórico.

A Federação ABM ultrapassa a simples reivindicação de serviços públicos, exigindo a participação política na gestão da cidade. Passa a entender o município como um todo integrado à

região metropolitana, onde a necessidade de políticas globais exige a participação popular para construir a cidade democrática e o resgate da cidadania. Enfim, uma cidade que atenda os interesses e desejos de seus moradores.

A ABM, neste novo momento, incorpora a figura do assessor técnico em sua estratégia de lutas, qualificando deste modo a intervenção política do movimento popular. Este salto de qualidade evidenciou-se no Projeto de Reconstrução como um desafio tanto no conteúdo quanto na forma. Reformar 1.115 casas, autogerir todo o processo e trabalhar um projeto assistencialista com uma perspectiva transformadora é sem dúvida uma situação desafiadora para a federação de moradores de um município com 600 mil habitantes.

Com a experiência acumulada de outros projetos como, por exemplo, o Centro de Apoio Comunitário e o projeto Recriação, a Federação assumiu este desafio e montou uma equipe técnica para assessorar todo o processo de gestão política, técnica e administrativa. A competência nesta gestão trouxe à ABM maior credibilidade junto à população, tanto pelas obras como pela diferenciação da proposta de trabalho nos bairros atingidos.

Essa diferenciação foi notada pelos moradores. A direção política da ABM no projeto colocou o movimento popular como mediador entre técnicos e moradores, mostrando uma metodologia diferenciada dos trabalhos assistencialistas a que a população está acostumada, não apenas fazendo obras mas qualificando as lideranças locais e democratizando a informação.

## Produção científica a serviço da população

A equipe técnica deveria acompanhar todo o processo construtivo e educativo, portanto os critérios para sua escolha não poderiam ser apenas técni-

\* Engenheiro civil, pós-graduado em Planejamento Urbano e Regional e técnico em educação popular da FASE/RJ.



Orlando Junior

## A construção

Após a escolha das casas que seriam beneficiadas em assembléias das comunidades, eram feitas as visitas com a presença do engenheiro de habitação e de representantes da comunidade. Verificavam-se o estado da residência, a possibilidade de recuperação e as prioridades de cada morador. Depois de definir quais serviços seriam necessários, levantava-se o material para as obras e se organizava o mutirão.

As famílias dividiam-se em grupos e escolhiam qual a ordem de atendimento e qual a participação de cada uma na construção. Algumas entrariam com profissionais, outras como ajudantes e outras na "infra-estrutura" fornecendo comida, bebidas, controle de ferramentas etc. O material era enviado em duas etapas: caso o morador não participasse do mutirão, seria substituído por outra família. O engenheiro acompanhava as obras orientando como deveriam ser executadas.

Existiram muitos casos de impossibilidade de reformas por tratar-se de barracos de madeira já apodrecida, casas em áreas de alto risco como encostas, e outras com um grau de destruição e iminência de ruína que impedia qualquer tipo de recuperação. Nos casos de áreas de risco, a própria comunidade escolhia um local para reassentamento da família. Nestes casos elaboramos um projeto de cômodo padrão com 16m<sup>2</sup>, que era o possível de realizar com a verba disponível.

Hoje a maioria destes cômodos estão ampliados, mostrando uma nova vontade de ânimo das famílias, tendo agora uma base sólida e conhecimentos técnicos para uma construção segura e econômica.

Esta experiência serviu para elaborarmos um anteprojeto de moradia de 42m<sup>2</sup> ao custo total de 280 VRFs (incluindo apenas material), podendo ser mais baixo no caso de geminação, bem abaixo do custo de um embrião de 20m<sup>2</sup> proposto pelo estado.

FIG. 1 - PLANTA DO CÔMODO PADRÃO

LEGENDAS	
P1. Porta Ferro / Vidro 60x210	CÔMODO PADRÃO PROJETO RECONSTRUÇÃO
P4. Porta Madeira 60x210	
J1. Janela Ferro 200x100	
J3. Basculante Ferro 60x80	
J4. Elemento Vazado 60x60	
Área Total - 16,56m <sup>2</sup>	ABM. FED. ASS. MORADORES DE S.J. MERITI
Área Util - 14,67m <sup>2</sup>	

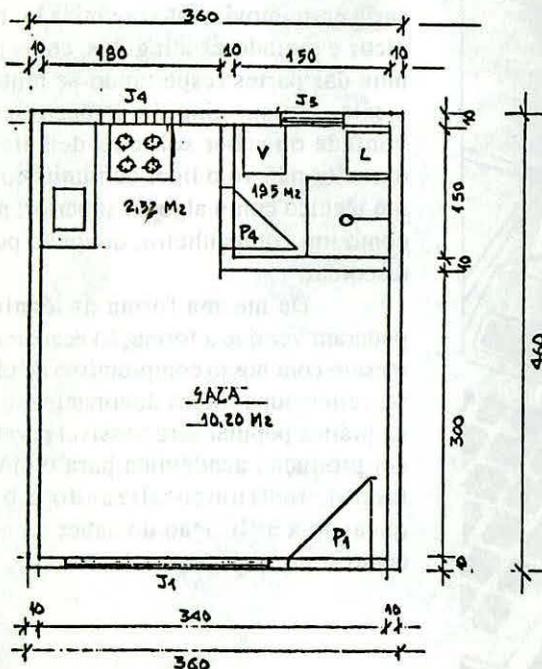
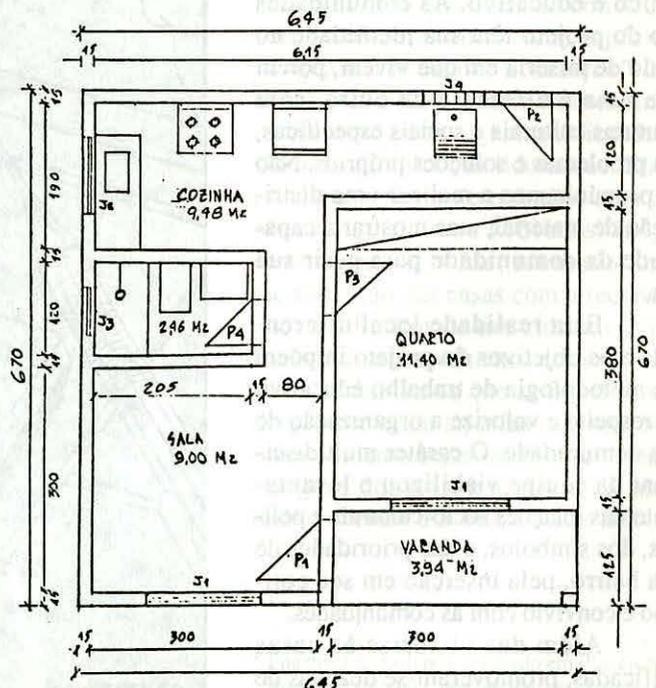


FIG. 2 - PLANTA DO ANTE PROJETO DE MORADIA POPULAR

LEGENDAS	
P1. Porta Ferro / Vidro 80x210	ESC. 1:50 Área Total - 43,21m <sup>2</sup> Área Útil - 37,48m <sup>2</sup> Resp.: Carlos Abenza CREA 83.1.06856-7-D Unidade Residencial Projeto Reconstrução ABM. Fed. Ass. Moradores de S.J. Meriti
P2. Porta Ferro / Vidro 70x210	
P3. Porta Madeira 70x210	
P4. Porta Madeira 60x210	
J1. Janela Ferro 200x100	
J2. Basculante Ferro 100x100	
J3. Basculante Ferro 60x80	
J4. Elemento Vazado 80x60	



cos mas principalmente políticos, com pessoas comprometidas com o movimento popular. Neste ponto houve uma certa dificuldade na incorporação de técnicos de nível superior. A universidade, principalmente nas áreas tecnológicas, prepara os profissionais para o mercado produtivo com uma perspectiva de eficiência no processo de reprodução do capital, deixando de lado a democratização da ciência, sem levar a técnica a serviço da maioria da população.

O objetivo da Federação com a incorporação dos técnicos foi o de instrumentalizar o movimento formando técnica e politicamente as lideranças, qualificando-as no enfrentamento ao poder público. Desta forma a equipe foi formada por dois engenheiros, um de habitação e outro de saneamento, um técnico de educação, um de assistência social, um de assistência jurídica, um médico e três lideranças do próprio movimento.

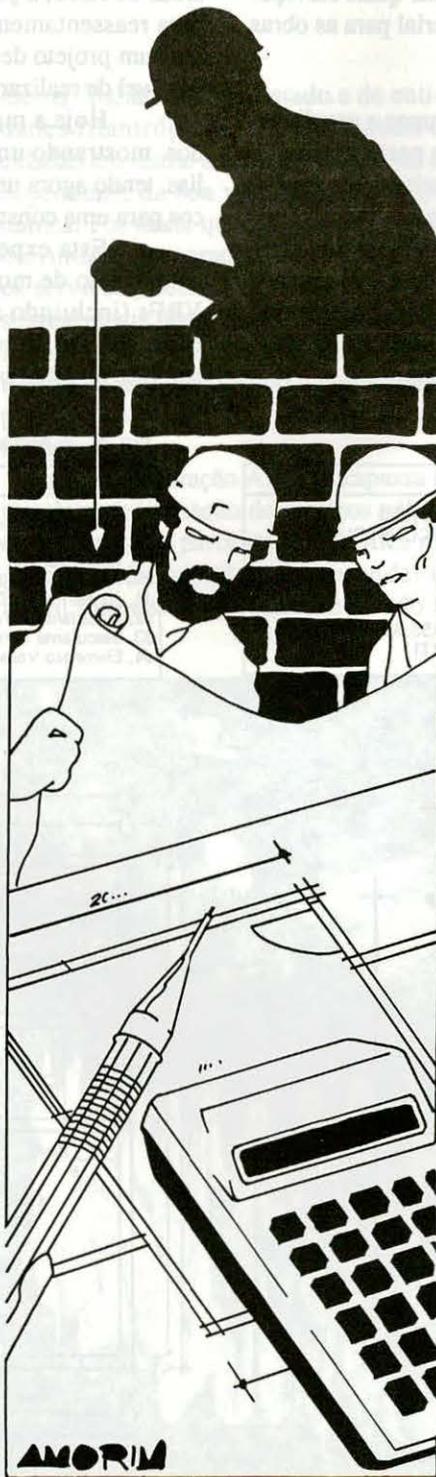
Para implantar o projeto a equipe passou por um processo de autoformação com cursos, seminários e reuniões, criando uma identidade comum ao grupo que seria a base de intervenção nas áreas do projeto. Poderíamos chamar de grupo multidisciplinar formado pela técnica acadêmica das universidades, e pela técnica popular conquistada na militância do movimento.

O objetivo de alcançar esta identidade era o de viabilizar o trabalho técnico e educativo. As comunidades alvo do projeto têm sua identidade no estado de miséria em que vivem, porém cada uma é diferente da outra, com estruturas culturais e sociais específicas, com problemas e soluções próprios. Não nos propúnhamos a realizar uma distribuição de material, mas mostrar a capacidade da comunidade para gerir sua vida.

Esta realidade local diferenciada e os objetivos do projeto impõem uma metodologia de trabalho educativo que respeite e valorize a organização de cada comunidade. O caráter multidisciplinar da equipe viabilizou o levantamento das relações sócio-culturais e políticas, dos símbolos, e das prioridades de cada bairro, pela inserção em seu cotidiano e convívio com as comunidades.

Além das vitórias às casas danificadas, promoveram-se dezenas de reuniões nos bairros e na ABM sobre

## Só na prática popular é possível transformar o saber acadêmico de arma contra a população em aliado do movimento



saúde, habitação, saneamento e de avaliações semanais, permitindo a utilização da própria realidade local e seus símbolos como instrumentos de formação, socializando as informações, o conhecimento científico e, principalmente, identificando os próprios moradores com a gestão do projeto.

Este ponto, o de identidade com a gestão, é a marca fundamental que mostrou a diferença entre o trabalho feito pelo movimento organizado e pelo poder público. Ficou claro que a ABM não estava substituindo este poder. O respeito a cada comunidade e o poder de cada um em interferir no processo político, administrativo e mesmo técnico, fez avançar a organização popular, resgatando a consciência crítica de moradores, sua dignidade e o reconhecimento de sua própria capacidade em gerir seu destino.

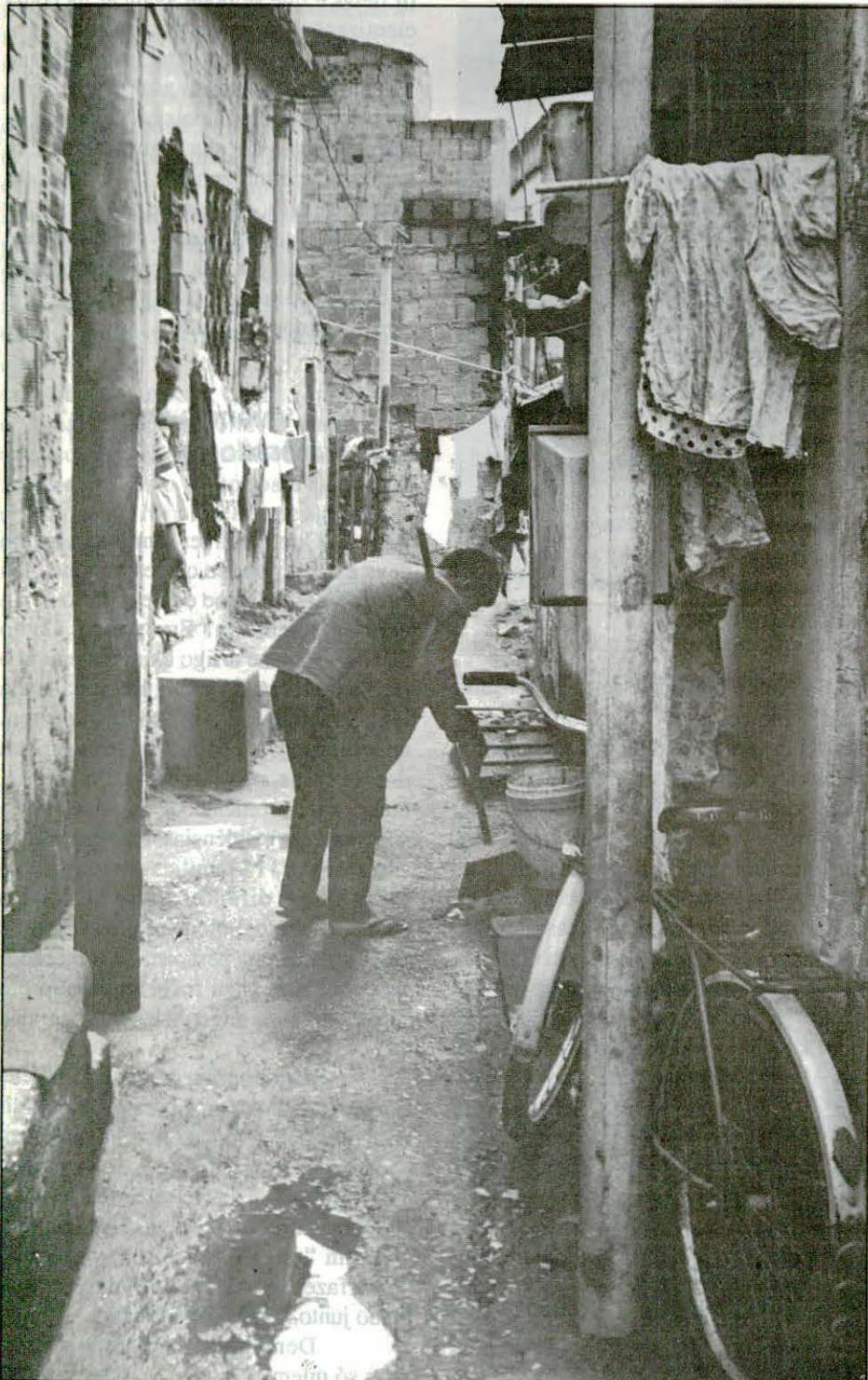
Ao mesmo tempo, esta experiência serviu para mostrar que o conhecimento não é neutro. A produção acadêmica deve ser democrática, e a serviço da maioria da população. E este processo é conquistado fora dos espaços universitários, levando a produção científica para o movimento, criando um sistema de troca e apropriação do saber.

Neste projeto, os técnicos participaram, junto com a direção do movimento, das decisões políticas, criando uma integração e possibilitando a todos serem sujeitos da ação. O resultado destas relações foi a construção de uma parceria entre movimento organizado, técnicos e moradores atingidos, com cada uma das partes respeitando-se mutuamente, sem que ninguém impusesse sua vontade ou saber sobre os demais. O morador não vê o líder comunitário ou um técnico como alguém superior, mas como um companheiro, de quem pode discordar.

Da mesma forma os técnicos puderam ver que a formação acadêmica, mesmo com nosso compromisso de classe, reflete uma lógica dominante que só na prática popular será possível reverter em produção acadêmica para o movimento, instrumentalizando e bloqueando a utilização do saber técnico como arma contra a população.

# Olhos nos olhos

Carlos Abenza\*



Para mim e para a direção do Projeto de Reconstrução, a experiência de realizar um trabalho de cunho assistencialista com uma visão transformadora, era um desafio a ser enfrentado. A magnitude dos recursos, sua gestão e resultados para o movimento formavam o cenário excitante e assustador que tínhamos pela frente durante dois anos de trabalho.

Qual a diferença entre distribuir ticket de leite ou tijolos? Esta pergunta teria sua resposta na forma de como fazer, e não no simples fazer. Bom, avaliação do projeto e seus resultados estão em vários artigos desta revista. O que pretendo é deixar o relato pessoal de um técnico, sem nenhuma tentativa de análise mais profunda, mas sim um testemunho que sirva à reflexão dos que fazem este mesmo tipo de trabalho. A dimensão do projeto me trouxe muitas dificuldades em aceitá-lo.

Afinal, seriam 1115 reformas e não construções. Projetos não são "prêt-à-porter", seriam 1115 projetos, 1115 casas a vistoriar, 1115 levantamentos de material e 1115 orientações técnicas. Juro que, sem trocadilho, mas cada casa era um caso, e apenas um engenheiro para coordenar as obras!

Para enfrentar estas dificuldades formamos uma equipe que, além dos técnicos de nível superior, era composta por militantes do movimento popular formados em questões de construção para auxílio nas obras, uma espécie de "engenheiros de pés descalços". Esta experiência foi bastante interessante e resolvia em parte algumas dificuldades, além de qualificar as lideranças. Elaboramos um plano de trabalho com reuniões, seminários sobre habitação, saneamento e saúde, tentando unir a reconstrução das casas com a reconstrução dos direitos de um cidadão. Assim fomos à luta... e voltamos correndo!

Sabíamos que as famílias-alvo do projeto eram aquelas que não estão no movimento organizado, que vivem às margens dos rios, à margem da sociedade e clientes dos oportunistas fisiológi-

\* Engenheiro civil, pós-graduado em Planejamento Urbano e Regional e técnico em educação popular da FASE/RJ.

nosso conhecimento a nível de propostas e de organização.

**proposta – Como é que foi a relação da ABM nesse trabalho com as associações de moradores?**

**Marinete** – Bom, foi uma nova relação, muito boa e que não havia antes. Havia associações que nem participavam da Federação, passaram a participar e a valorizar o movimento muito mais, a partir do projeto.

**proposta – Como é que foi a relação da ABM com o morador no bairro beneficiado pelo projeto e que não participava da associação de moradores?**

**Lia** – A ABM tem uma experiência de luta, que se articula com os moradores organizados, quer dizer, os moradores que já estão organizados na associação e vão para a ABM pra reivindicar ao prefeito, ao governo do estado, ao secretário de estado. Agora encontramos no projeto um morador que não está organizado e tem um problema concreto: sua condição de habitação. A relação com esse público foi um aprendizado para a ABM.

**Marinete** – Completando o que a Lia falou, a relação se afirmou pela necessidade do morador ter sua casa. Em alguns momentos o morador tendia a confundir a Federação com o poder público. Poder que pode devolver a moradia desse pessoal, que perdeu as casas nas enchentes de 1988. Quero dizer: até que eles entendem que a ABM não é a prefeitura, que não é a responsável pelos atos do poder público no município, que eles têm que responsabilizar o poder executivo. Mas até este momento é uma relação um pouco difícil para a Federação. Mas superado este momento, a gente consegue conversar com as pessoas, trazê-las para dentro do movimento, fazê-los ver a importância da associação local, fortalecer a associação e continuar na luta. É importante mostrar para os moradores que mesmo que eles ganhem uma contribuição à sua condição de moradia, não é esse o papel do movimento, o de construir casas.

**proposta – A ABM, no projeto, começou a ter uma experiência nova com a esfera pública. Como foi que o poder público reagiu aos mutirões?**

#### QUADRO 1 Bairros e número de famílias beneficiadas pelo Projeto de Reconstrução

Sarapuá/Parque Independência – Praça da Bandeira (*) .....	158
Coelho da Rocha .....	30
Trio de Ouro .....	126
Morro das Pedras .....	26
Vilar dos Teles .....	30
Jardim Noia .....	31
Pro Melhoramento Vila São João .....	77
Guarani .....	34
Jardim Metropole (*) .....	58
Jardim Paraíso .....	35
Vila São João .....	26
Santa Clara .....	28
AMAR (Centro) .....	37
Santo Antônio de Edem .....	34
Vila União (*) .....	41
Tomazinho .....	23
Engenheiro Belfor (*) .....	29
Parque Juriti (*) .....	52
Analândia (*) .....	29
Jardim Iris (Reforma e Benfeitoria) (*) .....	61
Jardim Sumaré .....	2
Rodo (Benfeitoria) .....	91
Vila Tiradentes (Benfeitoria) .....	20
Guarani (Benfeitoria) .....	50
TOTAL .....	1.128

(\*) Favelas

**Marinete** – A Federação teve uma reunião com o prefeito de São João de Meriti pra envolver o poder público um pouco dentro do nosso projeto. Em algumas obras que foram realmente caríssimas para o projeto, o poder público que tinha toda uma infra-estrutura, um maquinário que poderia sustentar isso, podia apoiar este serviço e não onerar o projeto. Mas a gente teve que levar esse trabalho sozinho à frente. Foi um poder público ausente para nós, principalmente à medida que nós consideramos necessária sua participação e colaboração conosco para fazer um trabalho de qualidade.

**proposta – Mas ele não interferiu? Não se colocou contrário em nenhum momento?**

**Marinete** – Não, não em nenhum momento. Até que ele pediu que a gente fizesse isso mesmo, que ele estava precisando que as pessoas fizessem isso para poder ajudar. Um estilo populista, o poder público da cidade tem uma relação difícil com o movimento.

**proposta – Qual foi o grande aprendizado para a ABM com esta experiência do projeto. O que vocês poderiam ressaltar?**

**Lia** – Eu resalto que a gente não estava acostumada a trabalhar com as favelas, com os moradores da beira do rio. Nossa relação com esse pessoal, realmente um pessoal marginalizado, e a gente já fez uma avaliação disso, um pessoal marginalizado da Igreja e por toda a sociedade mesmo.

**Marinete** – A gente aprendeu com isso, porque a gente trouxe essas pessoas para a Federação, para a organização popular e a gente está aprendendo muito com essas pessoas, com a sua participação.

**proposta** – *Antes de você ser presidente da ABM você ressaltava a necessidade da ABM ter uma linguagem popular, uma relação com a base do movimento. Então que tipo de experiência a ABM está aprendendo com esta nova base?*

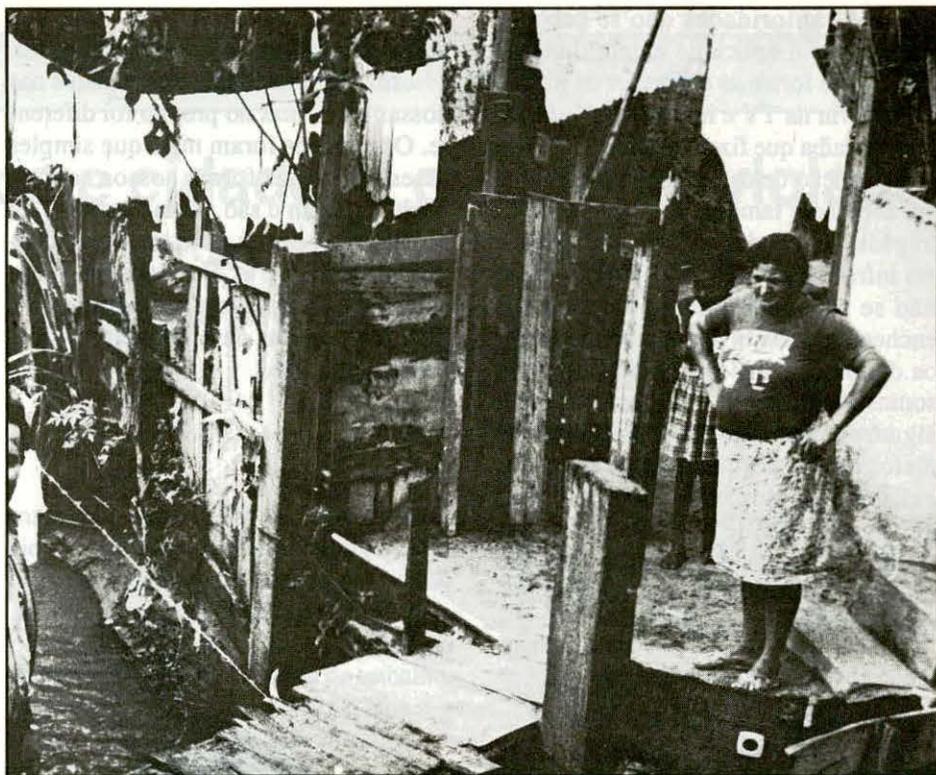
**Lia** – A ABM está aprendendo a falar a linguagem do povão mesmo, a gente está transformando um pouco a nossa linguagem que é mais uma linguagem política e que o povo que a gente atingiu no projeto não tem este tipo de linguagem. A gente para poder falar e lidar com eles, a gente tem que mudar, acumular a linguagem deles. E foi um pouco difícil porque a gente estava acostumada com outro tipo de linguagem.

**proposta** – *Eu queria entender melhor o que você chama de transformar a linguagem.*

**Lia** – Transformar a linguagem para uma linguagem popular para mim significa divulgar as mesmas informações necessárias ao conhecimento da realidade, só que com a linguagem do povo. Nós é que criamos este tipo de linguagem diferente da linguagem deste povo. E o que aconteceu com este trabalho é que a gente está se identificando com uma nova realidade. Eu não sinto dificuldade de lidar com este pessoal, pois é a minha linguagem mesmo.

**proposta** – *Uma outra questão ainda sobre a esfera pública: a ABM geriu uma quantidade enorme de recursos que atenderam 1128 famílias. Depois dessa experiência de dois anos de projeto, como a ABM entende que esta poderia ser uma política popular de habitação por parte do poder público? É viável isso?*

**Lia** – Esta experiência demonstra a possibilidade, quando a ABM reivindica do poder público, de uma política popular de habitação. Uma questão que é sempre colocada pelo poder público é a falta de recursos, a impossibilidade de construir habitação em massa. Mas a ABM geriu um projeto que é grande para a cidade. Bem, depois desta expe-



Orlando Junior

riência a ABM tem certeza que poderia ser esboçada uma política popular de habitação por parte do poder público.

**Marinete** – Eu também acho que é viável. A gente sabe que na verdade há um descaso do poder público na questão habitacional. Não adianta o poder público construir casas, prédios, mas que não são voltados para uma classe que tem o mínimo padrão econômico para poder adquirir estas casas. Por que a gente acha que dá para construir casas populares? Porque a gente construiu 1128 moradias com quase 700 mil dólares; uma Federação administrou isso e muito bem, por sinal. A gente colocou o quê? A nossa mão-de-obra foi barata e/ou gratuita com a colaboração dos moradores, nós não precisamos de licitações para contratar empresas pra cons-

**O projeto atingiu a população mais marginalizada, que vive na beira dos rios totalmente à margem da sociedade**

truir, nós não precisamos de empreiteiras para construir, quer dizer, nisso aí você já vai diminuindo sensivelmente o custo de moradia. Ainda não é uma moradia adequada para qualquer cidadão morar, a gente sabe que um cômodo do projeto não é a proposta do movimento.

**Lia** – Não é esta moradia que a gente luta para que o cidadão tenha condições dignas de vida, porque a gente reivindica uma moradia popular decente. Nós também não tivemos atravessador, não tivemos especulador, então dá para fazer uma política popular. É preciso que se una o movimento popular com o poder executivo, com as secretarias habitacionais para que tenha condições de concretizar um projeto popular.

**Marinete** – O poder público não constrói para a população pobre, que não tem condições dignas de moradia, porque estão aí os grandes interesses das empreiteiras. E da especulação imobiliária. Quando faz para a população de baixa renda, leva o pessoal pra longe, onde não tem condições de infra-estrutura nenhuma, onde não tem condições de saneamento, posto médico, transporte. Falta vontade política. Depois cria estas condições com dinheiro do povo, e valoriza as terras dos grandes proprietários no meio do caminho.

**Lia** – As autoridades não se preocupam nem em época de calamidade. A prova disto foram as enchentes de 88 que a gente viu na TV e nos jornais. Embora a gente saiba que fizemos um trabalho de reconstrução de casas, a gente sabe que vai acontecer também a continuação da tragédia se o poder público não investir em infra-estrutura. Mas o poder público não se preocupou nem na época das enchentes, nada investiu para recuperar os danos da tragédia. Se nós que não somos autoridades, conseguimos fazer alguma coisa, eles têm a possibilidade maior ainda, porque a gente sabe que existem recursos, mas não é interesse deles que a classe trabalhadora tenha condições dignas de moradia, para eles interessa muito mais que eles fiquem marginalizados na sociedade.

**proposta** – *Como é que vocês caracterizam a atual administração municipal? Como a ABM percebe o poder público?*

**Lia** – A gente vê que o poder municipal não tem nenhum projeto ao nível de desenvolvimento da cidade. A prefeitura não é popular, nem democrática, não tem nenhum projeto a nível popular, de participação ou mesmo de sugestões, porque o poder executivo no nosso município se intitula dono da cidade. O prefeito é autoritário, se considera o senhor todo-poderoso da cidade e não respeita nenhum movimento da população. Ele não recebe nenhuma entidade. A gente sabe que a única entidade que é ainda respeitada, mesmo que não seja reconhecida por ele, é a Federação ABM. O que acontece é que gente ainda não tem uma correlação de forças favorável na cidade. Os poderes econômicos são todos voltados para o poder executivo. Há uma articulação toda voltada para sustentar o poder do prefeito. A gente tem o nosso campo de articulação, de participação, reunindo as forças populares e democráticas da cidade. Neste sentido, temos consciência de que nosso movimento é político e deve se desenvolver construindo um projeto popular e democrático para a cidade.

**proposta** – *Como foi para a direção da ABM a incorporação de técnicos às suas lutas?*

**Lia** – Foi muito importante pra nós. Como eu disse antes, a questão da lin-

guagem, com os técnicos, foi a mesma coisa. Já estávamos acostumados com assessorias de médicos e advogados nas nossas lutas, mas no projeto foi diferente. Os técnicos foram mais que simples assessores. Eles foram nossos companheiros, foram e são um instrumento do movimento popular. Eles traduzem a linguagem técnica e aí, eles e nós, pudemos juntos gerir o projeto e elaborar uma política popular de habitação, saúde, saneamento, etc.

**Marinete** – É, agora fica ruim enganar o povo falando em “engenherez”. Aliás, acho que as universidades deviam formar seus técnicos para atender os interesses do povo trabalhador. Deveriam trabalhar nas comunidades para aprender que não adianta ter cabeças iluminadas pra pensar nas soluções. Eles têm é que conhecer a nossa realidade, nossa vida e nossas ambições e depois produzir tecnologia pra isso acontecer. ■



# Direitos humanos e cidade: a cidadania violada

João Ricardo W. Dornelles\*

O Brasil é um país com uma multidão de indivíduos marginalizados das modernas relações capitalistas de produção e consumo, sem poder exercer uma série de direitos que dizem respeito às condições de vida: direito à moradia, à educação, à saúde, ao lazer, etc.

Nesse contexto a nossa cidade é o produto de uma sociedade tão perversamente desigual que produz um acesso diferenciado ao espaço urbano e seus serviços, o que se traduz em um dos aspectos da constituição de uma cidadania diferenciada, de acordo com a posição de classe de cada brasileiro.

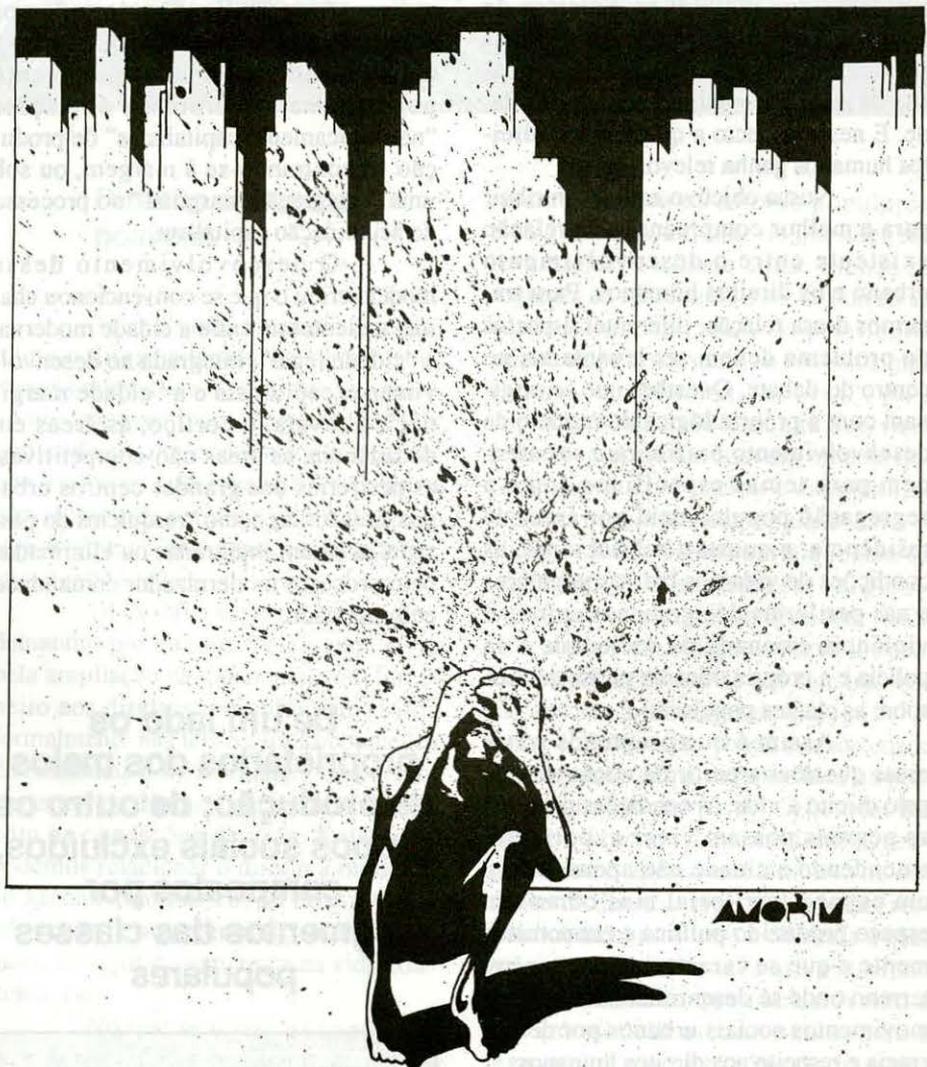
Assim é que o desenvolvimento urbano no Brasil criou um tipo de cidade que exclui os setores populares da plenitude dos seus direitos, criando um foco de tensões permanentes e de violência disseminada que atinge o conjunto da população.

Se a lógica da apropriação mercantilizada da cidade afeta negativamente a vida de todos os indivíduos, sem dúvida alguma são as classes populares aquelas que mais sofrem com o estabelecimento de um padrão de desenvolvimento segregador.

Do ponto de vista da apropriação privada do espaço urbano, os indivíduos e os diferentes segmentos sociais são divididos entre contribuintes e não-contribuintes, consumidores e produtores, indivíduos regularmente inseridos no mercado de trabalho e indivíduos

marginais, proprietários e não-proprietários, etc. Portanto, oficialmente, a cidadania se expressa no espaço urbano de acordo com o papel desempenhado e a posição ocupada por cada indivíduo ou segmento social no mercado de trabalho, na distribuição da riqueza social e na sua relação regular com o Estado.

Assim, o cidadão é o contribuinte que adquire a legitimidade de demandar direitos frente ao Estado. E, por consequência, é o consumidor das mercadorias e serviços oferecidos neste grande mercado. Aos excluídos, aos "não-integrados" no mercado formal, aos consumidores de produtos populares



\*Membro do Sepede (Setor de Pesquisas e Debates da FASE) e professor da PUC-RJ

e a todos os outros resta o papel marginal onde os direitos não são reconhecidos e não podem ser reivindicados frente ao Estado.

Ocupar um terreno sem o título de propriedade coloca essas pessoas na condição de "invasores", suspeitos de condutas criminosas, de indivíduos sujeitos ao controle direto e repressivo por parte do Estado. Para essas pessoas é limitado o exercício pleno do direito à cidade.

Assim, de acordo com cada uma dessas classificações, os direitos serão garantidos (ou não) mesmo quando a lei expressamente reconhece direitos a todas as pessoas independente de renda, posição social, riqueza, etc.

Quando falamos do poder estamos fazendo referência não apenas à máquina burocrático-administrativa do Estado (ou município). Falamos também do discurso oficial das autoridades sobre as diferentes questões que afetam a vida cotidiana dos indivíduos. Falamos de uma lógica que se traduz em práticas políticas autoritárias e desiguais na relação da autoridade pública com a sociedade. E nesse aspecto a questão dos direitos humanos ganha relevo.

Nosso objetivo aqui é contribuir para a melhor compreensão da relação existente entre o desenvolvimento urbano e os direitos humanos. Para tratarmos dessa relação, diferentes aspectos do problema devem ser levantados no centro do debate. Questões que se originam com a própria lógica do modelo de desenvolvimento brasileiro e se estendem para temas específicos como a segregação populacional por áreas de residência, a questão habitacional, as condições de vida nos bairros populares e nas periferias dos grandes centros, a violência emanada da sociedade e da polícia e a própria ótica do poder público sobre as classes populares.

Assim é que propomos tratar essas questões a partir da noção de luta pelo direito à vida, às condições para que as pessoas possam viver e, portanto, entendendo a cidade não apenas como um espaço territorial mas como um espaço produzido política e economicamente e que se caracteriza por ser um terreno onde se desenrolam as lutas dos movimentos sociais urbanos por democracia e respeito aos direitos humanos.

## **A cidade como espaço apropriável pelo capital**

Ao tratarmos a questão urbana em uma sociedade como a brasileira é necessário entender o quadro complexo representado pela relação existente entre o processo de desenvolvimento econômico, seus reflexos no processo de ocupação territorial e o aguçamento do quadro de crise social, de marginalização e empobrecimento de grandes contingentes populacionais.

Nos últimos 40 anos o Brasil deixou de ser um país eminentemente rural, onde apenas 36% da população vivia nas cidades. Neste período as transformações decorrentes de um modelo modernizador autoritário modificou o perfil urbano com a concentração de aproximadamente 75% da população nas cidades (dados estimativos do IBGE para o ano de 1990).

A capitalização de todos os setores da economia combinou-se com a manutenção de um amplo segmento populacional subordinado a relações "não-típicamente capitalistas" de produção, encontrando-se à margem, ou sob uma "integração marginal" no processo de acumulação capitalista.

O desenvolvimento desse modelo criou o que se convencionou chamar a dicotomia entre a cidade moderna, a "cidade legal", integrada ao desenvolvimento capitalista e a "cidade marginal", a favela, o cortiço, as áreas em decadência, as áreas não-competitivas, as periferias dos grandes centros urbanos, entendidas como "resquícios do passado" a serem integradas ou eliminadas pelo processo modernizador comandado pelo mercado.

## **De um lado os proprietários dos meios de produção; de outro os grupos sociais excluídos, compostos por segmentos das classes populares**

A cidade, assim, não aparece como um organismo abstrato, ideal, onde um único modelo considerado moderno e dinâmico passa a referenciar os projetos de planejamento urbano normalmente frustrados pela realidade de contradições e conflitos engendrados pela própria lógica da acumulação na cidade.

A cidade é, portanto, um espaço produzido. E que tipo de produção? A produção de um espaço urbano reproduzidor das relações de subordinação, autoritarismo, elitismo, exclusão e concentração da riqueza e das decisões políticas, resultando em condições de desigualdade social, segregação por área de residência, violência e preconceito.

Podemos perceber, entre outros, dois grandes referenciais teóricos:

a) um modelo de cidade que privilegia a teoria da modernização partindo da noção de integração social. A cidade brasileira seria, assim, o resultado de uma dualidade estrutural onde se confrontam dois pólos: o tradicional/atrasado/pré-capitalista/violento, e o moderno dinâmico/capitalista. Do ponto de vista social, trabalha com as categorias "marginal" e "integrado" para distinguir áreas/bairros e os distintos segmentos sociais que atuam no seu interior;

b) outro modelo trabalha a partir de uma análise histórico-estrutural que enfatiza as diferentes contradições operadas no processo de formação e expansão da cidade e da forma como se desenvolveu a ocupação do espaço urbano. Trabalha, assim, com a categoria de "contradição" e "luta social", aparecendo diferentes sujeitos modeladores do perfil urbano: os grupos econômicos, o Estado e os excluídos sociais.

A questão da cidade não pode ser tratada de forma parcelada. Suas características se definem a partir de um conjunto de problemas (moradores/dia, uso do solo, saneamento, serviços, violência, vias de circulação, transportes, poluição, etc.) e da correlação de forças políticas entre os diferentes sujeitos sociais com interesses conflitantes. Tratar a questão como uma totalidade é dar organicidade ao espaço urbano e às relações sociais que nele se desenvolvem. A cidade tem uma história de ocupação,

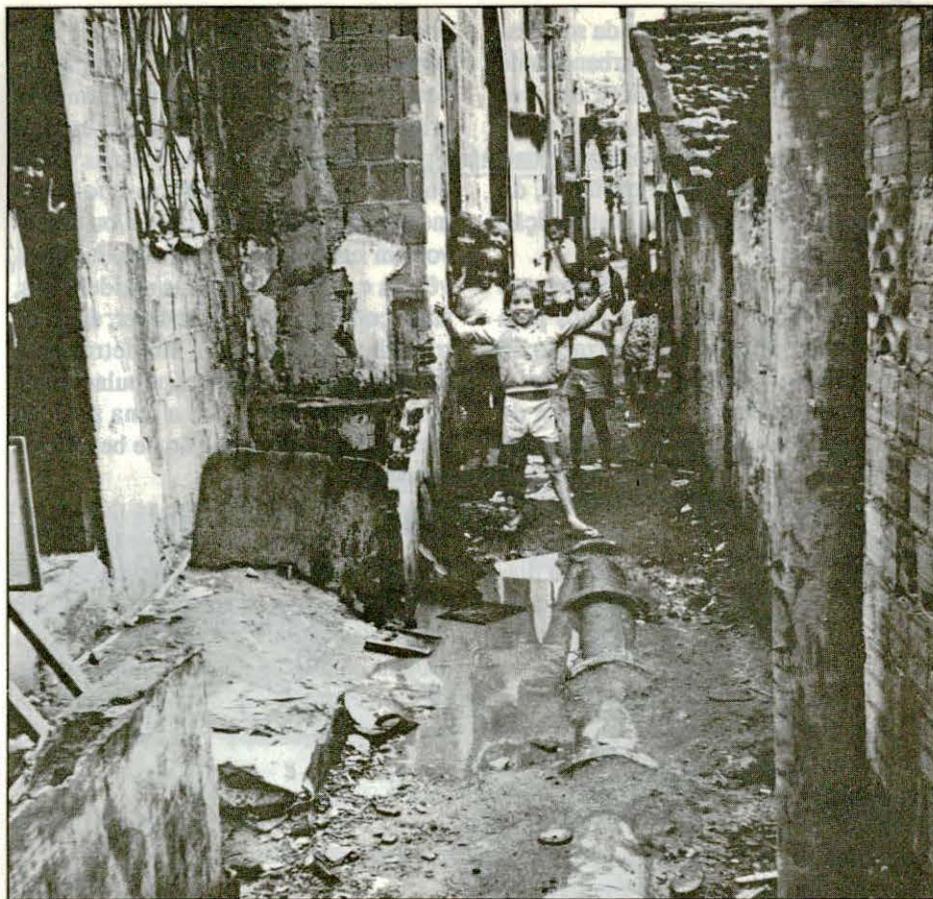
crescimento e enriquecimento marcada por lutas políticas e sociais.

O que se coloca é saber como a organização da cidade corresponde às necessidades de implantação de um determinado modelo de desenvolvimento econômico e como, a partir disso, se modelou um tipo de apropriação de interesses privados de determinados setores dominantes. Dessa maneira, o entendimento da cidade como espaço de concentração da força de trabalho, ou como "livre mercado" onde se desenvolvem relações econômicas produtivas, não é suficiente para dar conta da complexidade do problema.

É interessante notar como os inúmeros problemas enfrentados pela população, principalmente pelos moradores de áreas mais carentes, obedecem à lógica dos interesses empresariais e políticos determinantes da organização do próprio espaço urbano e da distribuição dos serviços. A partir de tais interesses e da definição de prioridades da acumulação do capital é que existe a apropriação de todo o espaço da cidade pelos grupos dominantes. E é dentro dessa lógica que se confundem conceitos como desenvolvimento econômico, eficácia e funcionalidade da cidade, onde a apropriação econômico-produtiva constitui uma determinada lógica que também produz uma modelação cultural com base em valores de competitividade, do individualismo, da inexistência de laços solidários, de destruição da vida comunitária, e marcados por decisões político-administrativas centralizadas e pelo isolamento de cada indivíduo dentro do espaço do mercado.

É nesse contexto que atuam os diferentes atores sociais, com suas práticas sócio-políticas e a partir de interesses diferenciados, definindo o tipo de apropriação econômico-cultural e modelando o espaço urbano. De um lado os proprietários dos meios de produção, os proprietários da terra urbana, os promotores imobiliários. De outro lado os grupos sociais excluídos, compostos de uma infinidade de segmentos das classes populares. A presença do Estado também tem significação nesse processo.

Aqui coloca-se a questão do surgimento dos movimentos populares urbanos como sujeitos sociais como um projeto político próprio.



Orlando Junior

## Direitos e disputas políticas

A ampliação da noção de cidadania e direitos humanos incorporou, através das lutas e conquistas do movimento popular, inúmeras demandas de conteúdo social, econômico e cultural que requerem ação organizada e coletiva dos segmentos populares e a ação positiva do poder público para a satisfação de tais reivindicações.

Identificam-se, assim, as demandas por direitos sociais com a luta pela ampliação da cidadania, com o respeito aos direitos individuais inscritos formalmente nas leis e com as condições de existência e sociabilidade. Aparecem, portanto, os direitos que se relacionam com as condições de vida. Entre eles podemos relacionar o direito à moradia, ao saneamento básico, ao transporte, à educação, convivência comunitária, lazer, serviços de segurança na vida cotidiana, etc.

No que se refere às condições de vida nas cidades brasileiras, mais pre-

cisamente para os setores populares, uma grande quantidade de questões são levantadas: a cidade como espaço de segregação residencial, de formação de verdadeiros "guetos", do privilégio de investimentos e recursos para áreas consideradas "nobres", ou a implantação de infra-estrutura e serviços urbanos relacionada com um modelo que se caracteriza por excluir e marginalizar grandes contingentes populacionais. O quadro se completa com a questão da violência urbana expressa em sua globalidade como um modelo de cidade onde se desenvolvem relações marcadas pela luta cotidiana dentro de um mercado que não absorve a todos de maneira igual.

O contexto vivido em sociedade como a nossa tem a característica de produzir uma cidadania diferenciada. De garantir o reconhecimento formal, programático e apenas declaratório de um elenco de direitos que serão, ou não, respeitados de acordo com a clientela a qual estão destinados. Assim é que alguns são mais cidadãos do que outros. Assim é que um modelo urbano excludente e segregador também afeta de maneira

diferenciada a cada segmento da sociedade. Ou melhor, um modelo urbano onde cada segmento social poderá exercer seus direitos às condições de vida e participação política dependendo de sua posição social. Dependendo, portanto, do seu papel na produção e na distribuição da riqueza social.

Nem todos sofrem igualmente os mesmos problemas colocados pela forma de apropriação e organização do espaço urbano. Quando chove muito os transtornos causados não atingem de forma igual todos os segmentos da sociedade, e nem as diferentes áreas da metrópole. As conseqüências são diferentes em São João de Meriti e em Ipanema, por exemplo. As soluções, a distribuição dos recursos, a ação do poder público, a ação solidária se apresentam de forma diferente.

No que se refere às enchentes de 1988, por exemplo, ainda se pode ver as conseqüências dos danos causados à população de São João de Meriti. Danos esses que são resultado das precárias condições de infra-estrutura e saneamento do tipo de ocupação territorial, e da própria responsabilidade do poder público local na definição de prioridades para investimentos e alocação de recursos públicos.

Foi exatamente neste contexto que o movimento popular organizado, através da ABM e do Projeto de Reconstrução, assumiu tarefas que normalmente são da alçada da administração municipal concentrando esforços políticos e recursos provenientes da cooperação internacional visando à reconstrução de casas e benfeitorias coletivas.

É importante notar o papel desempenhado pelas associações de moradores e pelos mutirões de reconstrução acumulando experiências de organização, participação comunitária e decisão política, capacitando o movimento popular no processo de intervenção direta e de execução de políticas públicas, assumindo diretamente responsabilidade por ações que historicamente se desenvolveram de relações clientelísticas por parte da administração municipal e estadual.

Assim é que o perfil de nossas cidades e as práticas sociais nela desenvolvidas reproduzem a lógica de uma cidadania respeitada em escala gradual

onde os esforços administrativos e econômicos de investimentos e de implantação de projetos de desenvolvimento urbano reproduzem uma lógica autoritária e elitista privilegiadora das áreas onde as classes econômica e politicamente mais poderosas vivem e/ou desenvolvem suas relações cotidianas de convivência e existência (áreas residenciais, áreas comerciais, áreas de lazer, áreas de trabalho, estudo, etc.), em detrimento de grandes contingentes populacionais que se vêem relegados a uma posição secundária na distribuição de benefícios e serviços.

São práticas que se desenvolvem a partir de um modelo de desenvolvimento concentrador da riqueza e produtor de uma enorme desigualdade social passando a modelar a paisagem urbana com base na diferenciação, no preconceito e numa ótica privatista das prioridades sociais.

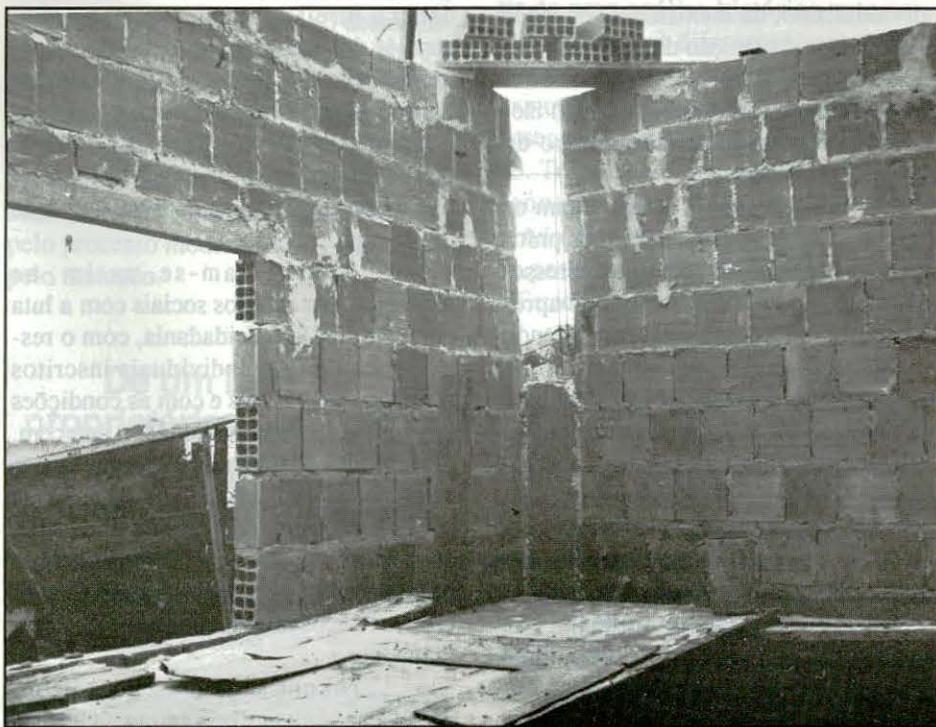
## Espaços de vida

Todo o processo de acumulação tem priorizado a produção de um tipo de cidade onde a regra é a segregação, o isolamento e a expulsão das classes populares das áreas mais bem servidas da cidade. Ou seja, acompanhando a lógica de

divisão econômica do espaço urbano ocorre a divisão social do mesmo espaço, produzindo um processo de segregação residencial por áreas sociais. A expulsão dos contingentes mais pobres da população para as piores áreas (mais afastadas do centro, sem serviços ou com condições precárias de infra-estrutura, transporte e segurança etc.) é, em última instância, a expressão espacial da estrutura social e do papel desempenhado por essas classes no modelo de desenvolvimento.

As áreas sociais, dessa maneira, são o resultado das diferentes soluções que as classes sociais e suas frações encontram para resolver o problema de como e onde morar. A solução desse problema se relaciona com a lógica da acumulação e, no que se refere aos segmentos populares, com a necessidade da sua reprodução enquanto sujeitos inseridos no processo de divisão social do trabalho. É nesse quadro que ocorre o processo de periferização, com loteamentos "clandestinos", autoconstrução e conjuntos habitacionais. Soluções diferentes dentro de uma mesma dinâmica de reprodução da força de trabalho a custos baixos o suficiente para que o capital possa alcançar taxas altíssimas de rendimento.

A população pobre se encontra por toda a extensão das grandes cidades



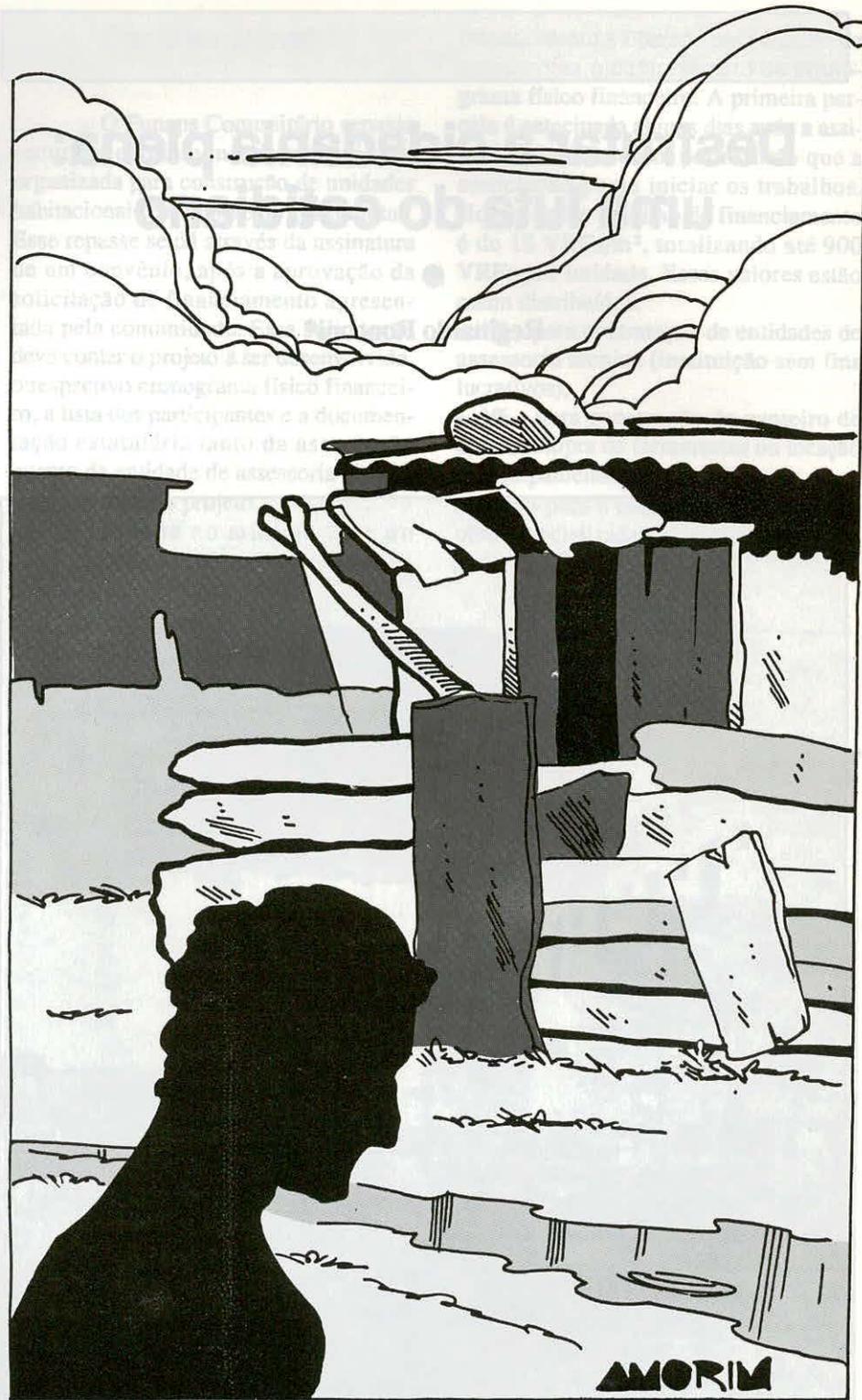
Orlando Junior

brasileiras. Habita favelas, casas de cômodos, e mesmo em verdadeiros “enclaves” nos bairros mais ricos. No entanto, existe um lugar onde se concentra, um espaço territorial que passa a ser próprio dessa população (pobre, marginal e considerada “perigosa”), onde se constitui uma clara e mais definida expressão do seu modo de vida. É a periferia das grandes cidades. A periferia normalmente, no caso brasileiro, passa a ser o espaço de vida de grande parte da população pobre, local de chegada de contingentes expulsos do campo, de áreas de conflitos e onde o poder público privilegia a ação repressiva das questões sociais.

A luta por ampliação de direitos individuais e coletivos tem como um dos elementos fundamentais a ação da sociedade civil, principalmente o movimento popular organizado, como forma de criar novos espaços democráticos de participação e decisão política. O caso da atuação da ABM, em São João de Meriti, é indicativo desse processo, não apenas levantando demandas referentes às condições de vida como também criando mecanismo de decisão na ação do movimento frente aos poderes públicos.

Nesse processo tem um papel relevante as plenárias de discussão da ABM, encaminhando diferentes lutas enfrentadas pelo movimento comunitário de São João de Meriti. Aqui se relaciona o processo de luta por ampliação de direitos com a ação autônoma e independente das expressões organizadas da população.

As lutas dos movimentos populares urbanos têm apresentado a característica de combinar ações de oposição ao Estado com demandas por uma atuação positiva do poder público no sentido de conquistas de direitos e reconhecimento da cidadania (lutas pela habitação, pelo saneamento, pelo posto de saúde, escola, pela luz em uma rua, pela regularização jurídica dos loteamentos “clandestinos”, pela coleta do lixo, por mais segurança, etc.). A composição social dos movimentos sociais urbanos é heterogênea, unificando-se a partir de interesses comuns decorrentes das precárias condições de vida presentes, principalmente nas periferias dos grandes centros. Tal identidade é criada com base em deman-



das e reivindicações de direitos sociais de conteúdo político frente ao Estado.

O direito à moradia adquire, assim, uma dimensão que transcende o contexto imediato das lutas localizadas e passa a ser um ponto de referência relacionado com a segurança existencial e com a conquista do “status” de cidadão.

O direito de morar não se restringe somente à melhoria na vida cotidiana. Tem um valor simbólico-referencial no contexto de luta pela ampliação dos direitos sociais e no auto-reconhecimento enquanto cidadão portador de direitos.

# Desfrutar a cidadania plena: uma luta do cotidiano

Reginaldo Ronconi\*



Claudia Marques

Na cidade de São Paulo os números do déficit habitacional assustam. Existem no município, segundo dados do censo de 1987 (PMSP), cerca de 1600 favelas "abrigoando" perto de 850 mil pessoas. Se considerarmos a população que habita em cortiços, esse número chega perto de 3 milhões de pessoas.

Levando em conta o processo de autoconstrução, predominante na periferia da cidade e quase sempre sinônimo de condições insuficientes de saneamento, saúde e transportes, o total das habitações precárias atinge por volta de 55% da população (Plano Diretor de São Paulo - Sempla, 1985).

Assim, uma visão da maior cidade de um País que representa a oitava economia capitalista do planeta, só pode ser entendida se apresentarmos esse trágico e paradoxal quadro estatístico.

É dentro desse quadro que vamos encontrar hoje um dos movimentos sociais mais organizados na capital, o movimento por moradias, classificação genérica para um grande número de organizações que lutam no cotidiano por soluções para os problemas das favelas, cortiços, pessoas sem terra, sem casa etc.

Uma das bandeiras de luta do movimento de moradia sempre foi auto-gestão dos projetos habitacionais. A partir de 1981, marco de uma nova fase na organização dos movimentos por moradia em São Paulo, iniciou-se um processo coletivo de formulação de propostas que buscava entre outras coisas viabilizar esses projetos.

As várias associações e suas assessorias vieram aprofundando diversas questões: tamanho do lote, área de habitação, custo por mutirão, custo por empreiteira, durabilidade da casa, financiamentos, etc.

Simultaneamente, várias experiências piloto foram duramente conquistadas: Vila Nova Cachoeirinha (1982), Recanto da Alegria (1983) e Vila Comunitária de São Bernardo (1985).

\* Arquiteto, Assessor do Movimento Popular de Moradia e Coordenador do Programa Funaps Comunitário, da Secretaria Municipal de Habitação da cidade de São Paulo.

Passo a passo foi sendo amadurecida uma proposta voltada inicialmente para as obras realizadas através de ajuda mútua ou mutirão.

Sucederam-se outros projetos, alguns conseguindo realizar amplamente a gestão do empreendimento, outros enfrentando algumas dificuldades na sua concretização, porém todos construindo um novo cenário de participação popular.

Na atual conjuntura da cidade de São Paulo, com uma administração popular, conquista-se o espaço propício para a realização de algumas dessas propostas. Assim, quase como uma consequência natural desse processo, surge o programa de financiamento para mutirões, já conhecido como Funaps Comunitário.

Esse programa, que tem como referência a história de luta do movimento por moradia, objetiva contribuir para a conquista da cidadania tecendo novas relações entre o poder municipal, as associações de moradia e as entidades de assessoria técnica que trabalham com os movimentos.

## O que é o Funaps Comunitário?

O Funaps Comunitário é um programa de financiamento para compra de material de construção voltado para associações de conquista de moradia, atuando na faixa de zero até quatro salários mínimos.

Os recursos do programa são oriundos de um fundo municipal intitulado Funaps (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal), o qual, por sua vez, é alimentado com uma porcentagem do orçamento municipal. O fundo é administrado dentro da Secretaria Municipal de Habitação através da Superintendência de Habitação Popular (Habi). Essa superintendência possui escritórios regionais onde são desenvolvidos, além desse programa, os programas de urbanização de favelas, programa de atendimento aos cortiços e o programa de provisão de habitações através de empreiteiras.

## Como funciona?

O QUE HÁ PARA LER

O Funaps Comunitário repassa recursos diretamente à comunidade organizada para construção de unidades habitacionais em regime de ajuda mútua. Esse repasse se dá através da assinatura de um convênio, após a aprovação da solicitação de financiamento apresentada pela comunidade. Essa solicitação deve conter o projeto a ser desenvolvido, o respectivo cronograma físico financeiro, a lista dos participantes e a documentação estatutária tanto da associação quanto da entidade de assessoria técnica responsável pelo projeto.

Atende no mínimo 20 e no máximo 200 unidades por convênio. O

financiamento é liberado em parcelas, de acordo com o cumprimento do cronograma físico financeiro. A primeira parcela é antecipada alguns dias após a assinatura do convênio, permitindo que a associação possa iniciar os trabalhos. Hoje o limite máximo de financiamento é de 18 VRFs/m<sup>2</sup>, totalizando até 900 VRFs por unidade. Esses valores estão assim distribuídos:

- 4% - para contratação de entidades de assessoria técnica (instituição sem fins lucrativos);
- 4% - para construção do canteiro de obras, compra de ferramentas ou locação de equipamentos;
- 10% - para a contratação de mão-de-obra especializada eventualmente necessária; e



Orlando Junior

• 82% - para a compra de material de construção.

Desta forma são incrementados alguns itens na organização e produção de moradias por mutirão. Vejamos alguns deles:

• o limite máximo de financiamento permite a construção de unidades com até 60m<sup>2</sup>, área que encontra-se entre índices aceitáveis de salubridade para famílias de cinco pessoas e que configura um outro patamar para o atendimento dessa população;

• a contratação de profissionais pela comunidade dá condições para um equilíbrio de forças de caráter técnico entre o poder público e a população. Cria alternativas para que uma camada de cidadãos, até então privada desses serviços profissionais, possa efetivamente contratá-los, inclusive abrindo uma nova perspectiva profissional para o trabalho nas questões de moradia;

• existindo recursos para a construção de canteiros de obras, compra de ferramentas adequadas e locação de alguns equipamentos, inicia-se a luta para a diminuição do esforço humano empregado para a construção das casas e, ao mesmo tempo, trabalha-se efetivamente para melhorar os padrões de qualidade das construções;

• os recursos disponíveis para a mão-de-obra especializada contribuem para a diminuição dos tempos obtidos tradicionalmente na construção por mutirão e garantem às comunidades que não possuam profissionais da construção civil entre os seus membros a mesma referência para sua organização e divisão de tarefas;

• a comunidade administra os recursos podendo tirar partido da economia de escala na hora de comprar materiais, ganhando dessa forma maior poder econômico;

• ao defrontar-se com as dificuldades provenientes da administração dos recursos e gerenciamento da obra, tem a comunidade uma possibilidade singular de desenvolvimento da sua organização, capacitando-se para projetos que vão além da construção da moradia;

• essa vivência tem feito avançar propostas mais a médio e longo prazos como, por exemplo, a criação de uma cooperativa de mão-de-obra, que pre-

## Passo a passo foi sendo amadurecida uma proposta de fazer obras através de ajuda mútua e mutirão



Orlando Junior

tende entre outras coisas realizar serviços junto aos mutirões, em tarefas mais especializadas como transformar a cozinha comunitária do mutirão em centro de educação alimentar, ou em uma pequena empresa para fornecer alimen-

tos às fábricas do entorno, com a renda revertendo para investimentos nas próprias comunidades.

As idéias e propostas são várias e com certeza, em pouco tempo, serão efetivadas.

## Distribuição de renda como solução

As comunidades que têm trabalhado dessa maneira encontram a oportunidade de realizar a discussão da moradia fora das quatro paredes da casa, avaliando a necessidade de equipamentos comunitários, as condições de transportes, saúde, alimentação, etc.

Dentro dessas novas circunstâncias, o mutirão vem apresentando em alguns projetos níveis de produtividade bastante desejáveis com qualidade inquestionável que pode tornar-se referência para futuros projetos.

Esse programa está sendo implantado no município de São Paulo, abrangendo hoje mais de 23 associações de luta por moradia, chegando perto de 3 mil residências. Toca, portanto, de maneira direta aproximadamente 15 mil pessoas.

Porém é claro que um programa com recursos municipais não pode ter a pretensão de resolver a questão habitacional em cidades onde o problema tem a dimensão encontrada em São Paulo. Mesmo em cidades menores essa não é uma responsabilidade do poder municipal.

A grande questão é que enquanto a sociedade não conquistar uma melhor distribuição de renda, com salários suficientes para que o trabalhador possa ter alternativas de acesso à moradia, qualquer outra solução será pontual e seu alcance relativo. E é dentro desses limites que localizo a proposta de trabalho do Funaps Comunitário.

Finalmente me parece que para todos os agentes envolvidos nesta questão está colocado um desafio. Que é o de participar da construção de novos espaços, onde todos possam exercer sua cidadania e desfrutar seus direitos, sem ocasiões especiais, identificando no dia-a-dia o peso da sua contribuição. ■

## O QUE HÁ PARA LER

- **Proposta 29**  
**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PARTICIPAÇÃO POPULAR: A LUTA DOS LOTEAMENTOS CLANDESTINOS**  
FASE, 3ª edição, Rio de Janeiro, abril de 1987, 51pp.

Experiências urbanas de lutas populares em defesa dos loteamentos irregulares e clandestinos são relatados neste número, assim como lutas por melhores condições de vida nas periferias da cidade do Rio de Janeiro, Zona Oeste, onde a equipe FASE/Rio faz uma intervenção educativa e reflete sua experiência valiosa no debate desta questão.

Cr\$ 350,00

- **Proposta 35**  
**MUTIRÕES HABITACIONAIS: DA CASA À CIDADANIA**  
FASE, Rio de Janeiro, setembro de 1987, 56pp.

Os mutirões habitacionais nascem dentro das lutas populares nos bairros. É uma das formas alternativas de trabalho e de construção de baixo custo, possível às populações que se organizam pelo direito à moradia e à cidadania. Ler com atenção a experiência da Equipe FASE/São Paulo, sistematizando o trabalho da Zona Sul paulista.

Cr\$ 350,00

- **Proposta 39**  
**LUTAS URBANAS: O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO**  
FASE, Rio de Janeiro, fevereiro de 1989, 48pp.

Anos 70: a dor e a desesperança confundiam-se com o tempo que passava sem nada se passar. O cotidiano do trabalho, carestia, casebres e valas negras, sem poder falar e sem nada ouvir. Nas periferias das cidades surgiram focos de resistência que faziam da cidadania uma bandeira: iniciaram-se pequenas lutas pelo direito à vida e pelo direito à cidadania.

Cr\$ 350,00

- **SANEAMENTO BÁSICO: UM DIREITO DE QUEM?**  
*Alberto Najjar & Clarice Mélaed*  
Rio de Janeiro, FASE, 1987, 53pp.

Esse manual coloca em questão e provoca o debate sobre o atendimento às populações que não têm rede básica de água, esgotos, escolas, postos de saúde e transportes. Relaciona estas questões à esperança de vida dos que nascem nessas condições. Pergunta de forma indireta: o que faz o governo para resolver estes problemas?

Cr\$ 150,00

- **SOLO URBANO**  
*Miguel Lanzellotti Baldez*  
Rio de Janeiro, 2ª edição, AJUP/FASE, 1986, 18pp. (nº 6)

Esta reflexão se apóia na questão do solo urbano em seu espaço dramaticamente dividido, que se desdobra entre zonas abastadas e inúmeras áreas submetidas a condições subumanas de sobrevivência, e repensa a cidade, tomando-a como processo histórico de lutas e conquistas.

Cr\$ 180,00

- **FUCVAM: A HISTÓRIA VIVA**  
*Daniel Chavez*  
São Paulo, FASE, 1990, 46pp.

Depoimentos de organização e luta; o cooperativismo habitacional por ajuda mútua no Uruguai. Revista traduzida por iniciativa da FASE/São Paulo com a SEBES.

Cr\$ 200,00

## O QUE VER: VÍDEOS.

- **CIDADE NOSSA, VIDA MELHOR**  
VHS, 31', 1989, NTSC  
*Produção: Fase - Equipe Fase/Rio*

O vídeo retrata a realidade do saneamento básico em São João de Meriti (RJ), e as ações do movimento popular, suas esperanças, seu cotidiano e suas lutas, através da Federação das Associações de Moradores (ABM).

- **MORAR: SONHO OU REALIDADE?**  
U-Matic, 34', 1990, PAL-M  
*Produção: Fase - Setor de Audiovisual e Equipe Fase/Rio*

O vídeo retrata a vida e a luta dos moradores de loteamentos clandestinos e irregulares do Rio de Janeiro.

- **QUEREMOS MORAR COMO GENTE**  
VHS, 30', 1990, NTSC  
*Produção: Fase - Equipe Fase/São Paulo*

Sobreviver em São Paulo é uma luta sem tréguas. O vídeo trata dessa realidade e mostra a luta de uma parcela dessa população (na região de Campo Lindo - Colégio Adventista) que acreditou nas suas próprias forças e resolveu apresentar solução para um grave problema: A falta de moradia na cidade de São Paulo.

- **MORANDO COM PEITO DE AÇO**  
U-Matic, 35', 1989, PAL-M  
*Produção: Fase - Setor Audiovisual*

Documentário retratando as formas de violência que atingem os moradores do conjunto habitacional "Cidade de Deus" (RJ). Os moradores denunciam a discriminação que a sociedade e o Estado os impõe e explicitam o drama diário da coexistência com a criminalidade e com a violência urbana.

- **DAQUI NÃO SAIO, DAQUI NINGUÉM ME TIRA**  
VHS, 40', 1986, NTSC  
*Produção: Fase - Equipe Fase/Belém*

Relato da situação das baixadas de Belém. Informa qual o plano governamental de saneamento e a proposta elaborada pelos moradores através da Comissão de Bairros de Belém.

- **BENGUI - A LUTA PELO TRANSPORTE I, II E III**  
VHS, 30' (cada), 1986, NTSC  
*Produção: Fase - Equipe Fase/Belém*

Documentário, Registro sobre uma etapa da organização popular de um bairro da periferia de Belém, através da associação de moradores.

- **BATALHA EM GUARARAPES I**  
U-Matic, 40', 1985, PAL-M  
*Produção: Fase - Setor Audiovisual*

Os moradores da Associação de Moradores de Guararapes (zona oeste do RJ), reproduzem sua história em forma de ficção, tendo como centro a luta contra os despejos, mostrando a participação das demais associações e FAMERJ como articuladora do movimento.

- **BATALHA EM GUARARAPES II**  
U-Matic, 29', 1985, PAL-M  
*Produção: Fase - Setor Audiovisual*

Reportagem sobre um dia de luta contra uma ameaça de despejo no bairro de Jardim Guararapes. Os personagens são os mesmos do primeiro vídeo. Um ano depois a realidade imita a ficção.

**ONDE ENCONTRAR OS VÍDEOS**  
FASE - Setor Audiovisual  
Rua Bento Lisboa, 58 - Catete - RJ  
Tel.: (021) 285-2998



**Casa e saneamento básico:  
construindo a cidadania  
com as próprias mãos**

## SÉRIE ECONOMIA POPULAR – PACS/FASE

Você, acompanhando o debate através deste série, certamente vai compreender melhor os problemas e alternativas para a crise brasileira.

### O GOVERNO COLLOR E A DÍVIDA EXTERNA

*Marcos Arruda*

Rio de Janeiro, PACS/FASE, 1990, 30pp.

### PRIVATIZAR É SOLUÇÃO?

*Marcos Arruda, Gustavo Dutra*

*Arthur Araújo*

*José Drumond Saraiva*

Rio de Janeiro, PACS/FASE, 1990

#### Pedidos:

FASE

Rua Bento Lisboa, 58

22221 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (021) 285-2998



Preço: Cr\$ 180,00

## instituto apoio jurídico popular – FASE

### • ESBOÇO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO DIREITO AGRÁRIO NO BRASIL

*Fernando Pereira Sodero*

Rio de Janeiro, AJUP/FASE, 1990, 103pp.

(Coleção Seminários nº 13)

História da evolução do sistema agrário brasileiro, concomitantemente com a do Direito Agrário.

Cr\$ 330,00

### • DIREITO INSURGENTE: DIREITO DOS OPRIMIDOS

*Daniel Rech, Miguel Pressburger, Osvaldo Alencar Rocha*

Rio de Janeiro, AJUP/FASE, 1990, 34pp.

(Coleção Seminários nº 14)

O novo direito, criado pelos oprimidos, inserido ou não nas leis vigentes, precisa ser resgatado e formalizado com direito à dignidade de direito vigente.

Cr\$ 330,00



Cr\$ 180,00

#### Pedidos:

FASE

Rua Bento Lisboa, 58

22221 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (021) 285-2998



# NOTÍCIAS DO BRASIL

Ligue-se no jornalismo popular do **CRIA** - Centro Radiofônico de Informação Alternativa do **IBASE**.

Conheça o outro lado dos fatos, ouvindo o programa **NOTÍCIAS DO BRASIL**. A análise dos acontecimentos mais importantes da semana e ainda, reportagens, entrevistas, comentários e a participação dos trabalhadores, lideranças sindicais e comunitárias.

Faça hoje a sua assinatura!!!

Escreva para o **CRIA/IBASE**

Rua Vicente de Souza, 29 - Botafogo - Cep: 22251- Rio de Janeiro - RJ - Tel: (021)286-0348

## Amazônia oriental: trabalhadores rurais e meio ambiente

**A** questão do meio ambiente coloca em cheque o modelo de desenvolvimento brasileiro, notadamente na Amazônia. Não se pode avançar nessa discussão, contudo, sem uma ampla participação democrática. Só com a participação ativa dos trabalhadores, em especial dos camponeses e trabalhadores rurais, poder-se-á encontrar formas de aproveitamento não predador da Amazônia e sustar o processo de devastação inerente ao modelo econômico e político vigentes.

A questão do meio ambiente, com a honrosa exceção dos seringueiros, nações indígenas e atingidos por barragens, não é colocada no plano nacional pelos trabalhadores. Ainda são intelectuais, cientistas, grupos ambientalistas, por um lado, e setores governamentais, por outro, que dominam o debate.

**Proposta**, conforme a sua especificidade (tratar de experiências de educação popular junto aos movimentos sociais), procurará na sua próxima edição contribuir para que venham à luz experiências e falas de organizações populares, para que assim possam ocupar o seu lugar na luta ecológica.

A Amazônia Oriental é certamente uma das regiões mais devastadas, conflitivas e ao mesmo tempo menos conhecida. É um ponto de referência fundamental para a questão amazônica, pois trata-se de discutir o destino de milhares de pequenos produtores rurais que vivem na região.

O próximo número de **Proposta** discutirá a relação dos pequenos produtores rurais da região e o meio ambiente; as novas lutas dos trabalhadores rurais para preservar o meio ambiente após a luta pela conquista da terra; a situação dos trabalhadores dos castanhais do rio Tocantins; os impasses do modelo guseiro em Carajás e muitas outras questões cruciais para o destino dos camponeses e da floresta.